



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 136

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 136

129ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 04

Requerimentos 04

Pequeno Expediente:

Dep. Mario Roque 09

Dep. Sr. Claudio Fernando Daudt.. 10

Dep. Douglas Fabrício 11

Dep. Tadeu Veneri..... 13

Dep. Reni Pereira..... 15

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Dr. Batista..... 19

Dep. Caíto Quintana 19

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 20

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 11

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri..... 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....18

Dep. Ney Leprevost22

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral.....23

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni24

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi26

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli27

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch.....29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente31

Discussão/Votação

Redação Final31

3ª Discussão31

2ª Discussão32

1ª Discussão32

Discussão Única (Proposição) ...34

Requerimentos35

Encerramento da Sessão36

Publicações Administrativas:

Contrato de Prestação de Serviços .36

Resumo de Pregão37

Errata.....37

DIÁRIO Nº 136

129ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE NOVEMBRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico

Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Elton Welter, Ademir Bier, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Pedro Ivo e Plauto Miró (10).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO N° 918/09

SÚMULA:

Propõe a pavimentação do Contorno de Agudos do Sul, no trecho compreendido entre perímetro urbano até a PR-419.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual dos Transportes, Rogério Tizzot:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário Estadual dos Transportes, reivindicando o que segue:

Solicita o apoio daquela Secretaria de Estado no sentido de proceder estudos técnicos e financeiros visando a viabilidade da pavimentação do Contorno de Agudos do Sul, em um trecho de aproximadamente 800 metros de extensão, iniciado no perímetro central do Município, até as interseções das rodovias estaduais PR-281 e PR-419.

Tal reivindicação reitera solicitação encaminhada a este gabinete, formulada pelo Chefe do Executivo Municipal de Agudos do Sul, Prefeito Antonio Gonçalves da Luz.

Faz-se justa a demanda exposta, visto que atualmente todo o tráfego de veículos leves e pesados que circulam pela PR-281, convergem na região central de Agudos do Sul, e dali, retomam trajeto a PR-419.

Diante disso, a comunidade local está exposta ao risco constante de acidentes de trânsito e aos transtornos gerados pelo intenso tráfego.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) FRANCISCO BÜHLER

INDICAÇÃO N° 919/09

SÚMULA:

Propõe a instalação de banheiros químicos e chuveiros no litoral do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião:

O Deputado Mario Roque, dirige-se a V. Exa. para reivindicar:

1) Providências do Governo do Estado do Paraná para instalação de banheiros químicos e chuveiros em todos os balneários do Estado do Paraná.

2) A presente indicação visa proporcionar conforto aos turistas nacionais e estrangeiros que visitam o litoral paranaense. É uma transformação eficiente, barata e de grande necessidade, evitando que as pessoas façam suas necessidades fisiológicas à beira da praia ou nas águas, onde qualquer pessoa pode ser contaminada.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) MARIO ROQUE

INDICAÇÃO N° 920/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado de Segurança Pública, e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, a implantação de um Posto Policial Rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo, no Estado do Paraná.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a implantação de um Posto Policial Rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia PR-423, que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo, necessita com a máxima urgência da implantação de um Posto Rodoviário Policial, pois tem sido rota fácil para a fuga e a prática da criminalidade.

Só no ano de 2008, aumentaram em 22,76% as ocorrências de furtos de veículos na Capital paranaense, segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública. Com a inexistência de fiscalização da Polícia nas Rodovias, tal como ocorre atualmente na PR-423, a rota é utilizada para a prática de crimes.

Além disso, um Posto Rodoviário Policial também seria muito importante tendo em vista o considerável aumento no tráfego de transportes e cargas pesadas e o acréscimo no número de acidentes.

Desta forma, considerando a relevância e urgência da presente Indicação Legislativa, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 5418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3° do artigo n° 185, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final das matérias constantes da Ordem do Dia desta data que não tenham sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 5406

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 18/11/09 (quarta-feira), das 8 às 12h, para a realização de Audiência Pública sobre a apresentação da atuação da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Também solicito a reserva de equipamentos de multimídia e convites para a apresentação dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 5413

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa autorização para o serviço técnico de acompanhamento para elaboração de relatório, pelo COPELEGIS, da Audiência Pública sobre Plano de Carreiras e condições de trabalho dos serviços públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a ser realizada no próximo dia 12/11/09, das 9 as 12h, no Plenarinho desta Casa.

O Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS da Assembleia Legislativa do Paraná é um grande instrumento de auxílio à atividade Parlamentar, podendo contribuir, no caso das Audiências Públicas para a sistematização

e análise das discussões realizadas e fornecer elementos conclusivos quanto aos encaminhamentos e posteriores desdobramentos dos assuntos tratados nestes fóruns.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO N° 5403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado da ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Ivatuba, Sr. Adolfo Joaquim Semprebom.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 07 do corrente, faleceu em um acidente automobilístico aos 67 anos de idade o ex-Prefeito de Ivatuba, Sr. Adolfo Joaquim Semprebom. Deixou viúva Dona Ivone, duas filhas e três netas.

Tombou mais um lutador. A morte em seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Repousa, pois, valente lutador. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que sempre fez pelos seus familiares e amigos.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusar-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: Viver, lutar e morrer. Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficara viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que pode repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que de o necessário conforto aos familiares do nosso amigo Adolfo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Semprebom endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 5404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ernani Ribas do Valle, ocorrido no dia 05 de corrente mês, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada, bem como a Diretoria do Restaurante Madalosso para que receba e transmita aos demais Diretores, funcionários e auxiliares.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital dia 05 último aos 60 anos de idade, o Sr. Ernani Ribas do Valle, filho de Ozório do Valle Filho e da Sra. Alcina Ribas do Valle, deixou dois filhos e uma neta.

Ernani, era considerado o Maître mais famoso de Curitiba, símbolo do tradicional bairro de restaurantes de Santa Felicidade. Trabalhou durante 43 anos no Restaurante Madalosso, exercendo nos últimos anos, o cargo de Gerente-Geral e Maître, uma espécie de relações públicas do estabelecimento, segundo Dona Flora, Diretora do famoso Restaurante. Era um diplomata, além de trabalhar para divulgar o nome do Restaurante Madalosso. Também era um divulgador do Bairro Santa Felicidade.

O carisma de Ernani, segundo seus colegas era o que diferenciava dos demais, era uma pessoa que fazia grandes amigos em qualquer lugar que chegasse.

Ernani, recebeu da Câmara de Vereadores de Curitiba o Prêmio Mérito Operário Padrão.

Era tradicional Coxa Branca de coração, ele chegou a ser conselheiro do Curitiba Foot Ball Club.

Como disse o tradicional Jornal Gazeta do Povo: “Sem Ernani, uma Santa menos feliz.”

Tombou mais um lutador. A morte em seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracas. Repousa, pois, valente lutador. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que sempre fez pelos seus familiares e amigos.

“No dizer de Milton Nascimento, amigo e coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração. Amigos é para se guardar, do lado esquerdo do peito. Mesmo que o tempo e a distância diga não. Mesmo esquecendo a canção o que importa é ouvir a voz que vem do coração”.

Descanse em paz amigo Ernani.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: Viver, lutar e morrer. Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficara viva em nossos corações e que seu exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que pode repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que de o necessário conforto aos familiares do nosso amigo Ernani.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ribas do Valle, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 5408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Semprebom, pelo falecimento do Sr. Adolfo Joaquim Semprebom, ocorrido no último sábado em decorrência de um acidente.

Agricultor, foi eleito Prefeito de Ivatuba por três mandatos e vice-Prefeito por três gestões. Fruto de sua união com D. Ivone, tiveram 2 filhas, Adriângela e Andréa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 131, parágrafo 1° e seu inciso III do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de presente ao endereço da família

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 5421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Lamb da Cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo falecimento da Sra. Norma Lamb, que ocorreu na última quarta-feira, dia 04 de novembro.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança das admiráveis virtudes e exemplos que a Sra. Norma Lamb deixou para sua família e vasto círculo de amizades, como filha, esposa, avó e bisavó.

A morte é bela, quando a vida foi bela, afirmava o sábio francês Gabriel Marcel. Se assim o for, a Sra. Norma Lamb teve uma transição abençoada, pois em vida soube, como poucos, valorizar a beleza e cultuar o belo.

Diante da maravilha de pequenos gestos e detalhes ela se entusiasmava, e quem perto se encontrava, dela seu encantamento: *wie schön, wie schön...* (*que bonito, ... que bonito...* em alemão).

Sempre amabilíssima com seus familiares, mas também firme quando necessário se assim o momento exigia. Quando chegaram os netos ela passou a ser a querida Oma.

Para as centenas e centenas de amigos e amigas que possuía ela era uma pessoa muito especial, cercada por eles de carinho e afetuosamente referenciada como a “Frau Lamb”. A todos retribuía com um sorriso tenro de gratidão e de devotada amizade.

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos bem preparados e dispostos a aceitar de pronto, é quando alguém que amamos nos deixa, some para sempre de nossos olhos, do nosso convívio, ...

A morte é boa, nenhuma assassina e ladra, na visão de São Francisco de Assis, patrono da fraternidade universal, que via nela uma irmã, “a irmã mais velha que nos toma e entrega ao Pai”.

Em que pese o alento de místicos e sábios diante do inevitável, por tudo, a mais gloriosa confiança pode ser encontrada nas palavras confortadoras do Mestre Jesus: *Na casa de meu Pai há muitas moradas ...* . E veremos o que importa por derradeiro, é termos guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Arlindo Alberto Lamb.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Norma Lamb nasceu no dia 05/04/24, no Estado do Rio Grande do Sul, filha de Frederico e Leonora Poetker. Ela casou-se com Arlindo Alberto Lamb em 08/05/43, na Cidade de Três Passos, RS.

Em 26/05/55, o casal chegou à então vila de General Rondon, hoje Município de Marechal Cândido Rondon.

Arlindo Alberto Lamb é cidadão honorário do Paraná e foi o primeiro eleito do novo Município, pioneiro, agricultor e empresário, tendo sempre a D. Norma como grande companheira, nos 66 anos de casados.

O casal teve quatro filhos. O primeiro, Herbert Albert, faleceu no parto. Depois, nasceram Mirta, Ledy e Walter Bruno.

REQUERIMENTO Nº 5400

Senhor Presidente:

O Deputado que assina abaixo no presente requerimento, usando de suas atribuições regimentais, REQUER registro nos Anais desta Casa, votos de congratulações, com menção honrosa, para o Sr. Irmão Pedro Danilo Trainotti (Irmão Pedrão) pelos valiosos serviços prestados ao setor educacional do Estado do Paraná.

Ultimamente, com 72 anos de idade, é o diretor do Colégio Marista de Maringá, onde exerce essa função dentro de um padrão de inovação, humanismo e qualidade operacional, solidariedade e competência.

Além de ser um homem prático, o Irmão Pedrão é um homem de visão, um verdadeiro sonhador.

Dedicou parte de sua vida às atividades educacionais no Estado do Paraná, e, apesar de ser catarinense, viveu a maior parte de sua vida no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Pedro Danilo Trainotti, nasceu em 26/08/37, na Cidade de Nova Trento, Santa Catarina. Filho de José Batista Trainotti (lavrador) e Constante Ridapalli que formam uma família de 14 filhos.

Aos oito anos de idade, foi para o internato Marista e passou 10 anos no juvenato (seminário) de Curitiba. Ficou 12 anos em formação acadêmica e religiosa sem contato com sua família. Com 20 anos fez seus votos perpétuos.

Sempre atento aos ensinamentos de São Marcelino Champagnat, Jesus Cristo e Maria, a Boa Mãe, Irmão Pedro passou por inúmeras dificuldades, mas nada o abalou em seu propósito de servir a Deus através da evangelização da juventude e do desenvolvimento de uma educação de qualidade, formadora de cidadãos comprometidos com a ética e com o desenvolvimento social.

Sua trajetória de serviços prestados às infâncias e às juventudes através da educação:

1962 - Professor no Colégio Marista Nossa Senhora da Glória em São Paulo.

1963 - Professor do Colégio Marista Marcelino Champagnat em França - SP.

1964 a 1974 - Trabalhou no Colégio Marista de Maringá. Foi responsável, dentre outras coisas, pelo grande sucesso da Banda Marcial Marista. Também atuou como professor.

1975 - Esteve na Itália onde fez curso de Atualização Marista.

1976 a 1978 - Foi o diretor do juvenato (seminário) Marista de Londrina. Atuou em projetos sociais na comunidade onde foi instalada uma Escola Social Marista (Vila Nossa Senhora da Paz, num bairro de periferia, ao lado da Empresa Bratac) e acompanhou o trabalho voluntário dos formandos maristas neste ambiente.

1979 a 1981 - Foi transferido para o juvenato (seminário) de Maringá, instalado ao lado do Colégio;

1982 - 1990 - Retornou para o juvenato de Londrina. À frente dessas casas de formação, ele preparou várias gerações de Irmãos para a missão Marista nos Colégios, Centros Sociais, Universidades e outros ambientes educativos. Também promoveu um intenso trabalho de evangelização, trabalho voluntário e promoção social em comunidades carentes.

1991 a 1999 - Trabalhou como diretor do Colégio Marista de Maringá. No ano de 1993, passou a dirigir também o Colégio Marista de Londrina. Ao todo foram 4.600 jovens cidadãos liderados e educados segundo a filosofia Marista (formados para serem pessoas éticas, competentes e solidárias: gente de bem). Durante esse período, idealizou e gerenciou a construção dos teatros e dos prédios da Educação Infantil do Colégio Marista de Londrina e Maringá: estruturas que colaboraram para a melhoria da missão Marista e para o desenvolvimento cultural do Município. Foi também um fiel e profícuo colaborador das obras sociais mantidas e administradas pela instituição Marista nas duas cidades, auxiliando na manutenção e promovendo projetos de voluntariado da Comunidade Educativa Marista (educadores, alunos e familiares) nestes ambientes.

1999 - Recebeu o Título de Cidadão Benemérito de Maringá.

2000 - Assumiu o Centro de Formação de Itaquera em São Paulo, inserida entre duas grandes favelas. Atuou na preparação de educadores maristas e no trabalho de evangelização e voluntariado nos arredores do centro.

2001 - Foi transferido para a Casa de Formação Marista em Campinas, SP.

2002 a 2004 - Assumiu o cargo de diretor do Colégio Marista Santa Maria de Curitiba. Em 2003 assumiu também a direção do Colégio Marista Pio XII em Ponta Grossa. Já com larga experiência no campo educacional, dedicou seus esforços para a formação das novas gerações alinhadas ao perfil de cidadãos éticos, pesquisadores, comunicadores e solidários.

2005 a 2006 - Foi diretor do Colégio Marista de Ponta Grossa. Além do trabalho educacional, promoveu a melhoria da estrutura do Colégio, adaptada as novas demandas sociais de múltiplas linguagens;

2007 - Por estimar e valorizar o trabalho de pessoas dedicadas à transformação social por meio da educação, assumiu a coordenação do centro de acolhida dos Irmãos Maristas idosos, em São José dos Pinhais. Aproveitou esse momento para um tratamento de saúde.

2008 - Em julho deste ano assumiu novamente a direção do Colégio Marista de Maringá, onde permanece até os dias de hoje. Não mede esforços para protagonizar uma educação que alia tradução e inovação, humanismo e qualidade operacional, solidariedade e competência.

Com sua coragem e determinação, o Irmão Pedrão, nunca recuou diante dos desafios. Sempre que chamado por seus superiores para prestar serviços desbravadores, lá estava ele pronto para servir. Na maioria das vezes, assumiu a liderança para resolver crises, para equacionar alinhamentos necessários.

Além de ser um homem prático, o irmão Pedrão é um homem de visão, um sonhador: “Não posso parar de sonhar, um homem que não sonha é um homem morto. Nós somos do tamanho dos nossos sonhos. Eu não me pertenco mais, pertenco à família Marista e para o futuro, onde for necessário eu estarei”.

Este cidadão dedicou grande parte de sua vida no Estado do Paraná. Aqui seu coração vibrou forte, sua mente traçou projetos e suas mãos foram colocadas a serviço. Muitas gerações atuam com ética e competência porque fizeram parte da “escola do Pedrão”. As cidades que tiveram a honra de receber a sua liderança colhem os frutos das sementes do bem que ele lançou nas mentes e nos corações de muitos paranaenses.

Por isso, permitir que ele receba essa menção honrosa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é reconhecer publicamente o bem que ele fez e por onde passou.

REQUERIMENTO Nº 5401

Senhor Presidente:

O Deputado que assina abaixo no presente requerimento, usando das suas atribuições regimentais, REQUER registro nos Anais desta Casa, voto de congratulações, para a senhora Elza Kimic Sangale, Promotora de Maringá pela sua promoção à Procuradora de Justiça do Ministério Público do Paraná.

Sua posse será no dia 12 de novembro (quinta-feira) na sede do MP em Curitiba.

Dra. Elza Kimie Sangale, exercia o cargo na Promotoria de Proteção à Saúde Pública em Maringá.

Nasceu no interior de São Paulo, formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá - UEM em 1980, e, em 1985 foi aprovada no concurso para promotoria. Trabalhou nas comarcas de Loanda, Alto Paraná, Pitanga, Paranaíba e Foz do Iguaçu, até ser transferida para Maringá em 1992.

Em Maringá esteve à frente das promotorias Criminal, Defesa do Consumidor, Garantias Pública e Proteção à Saúde de Maringá.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro pela comemoração, no próximo dia 15 de novembro, de seus 139 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alceu Antonio Swarowski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Nilson Paizani, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande orgulho que a população de Rio Negro irá comemorar festivamente, no próximo dia 15/11/09, a passagem do seu 139º aniversário de emancipação política.

Rio Negro, nasceu de um antigo pouso de tropeiros, era o portão de entrada no território paranaense do histórico caminho que ligava VIAMÃO (RS) à Sorocaba (SP). Devido às dificuldades e perigos arrecadados pela precariedade do caminho, em 1816 os tropeiros requerem a D. João VI a abertura de um estrada ligando a Vila do Príncipe (LAPA) no Paraná à Vila de Lages em Santa Catarina.

A construção da estrada a cargo de São João da Silva Machado, o Barão de Antonina teve seu início em 1826, sendo o Barão também responsável pela fixação dos primeiros moradores, nascendo assim o povoado de Rio Negro, que foi elevado de Capela Provisória à Capela Curada, a pedido de João da Silva Machado em 1828.

Em fevereiro de 1829 chegaram a Rio Negro, as primeiras famílias alemãs, vindas de TRIER, Cidade do Sul da Alemanha, caracterizando a primeira leva de colonização germânica e território paranaense. Nos anos de 1887 e 1888 chegaram a Rio Negro os imigrantes alemães-bucovinos, com raízes étnicas na Baviera, Sul da Alemanha num total de 336 pessoas. Sendo essa a única imigração alemã-bucovina para o Brasil. Em 1890, Rio Negro recebeu uma grande leva de imigrantes poloneses destinados à Colônia Lucena, hoje Município de Itaipópolis. A cultura polonesa tem forte presença em algumas localidades no interior do Município, acentuando o caráter hospitaleiro “terra de todas as gentes”.

Rio Negro passou de Capela Curada à freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna em 28/02/1838 e elevado à categoria de Vila pela Lei nº 219 de 02/04/1870, decretada pela Assembleia Provincial do Paraná e promulgada pelo então Presidente da Província, Antonio Luis Affonso de Carvalho.

Através desta proposição saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores, desse importante Município que vem sendo administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada pelo desejo de bem servir sua população.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua parcela de contribuição para o progresso do Município.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Rio Negro, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 5407

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à equipe cardiológica do Hospital Milton Muricy, enviando-lhe voto de congratulações, em razão da implantação do 1º coração artificial no Paraná.

Um procedimento inédito na medicina paranaense, realizado pela equipe cardiológica do Hospital Milton Muricy, em Curitiba, trouxe mais esperança para uma família.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro, pelo transcurso, no próximo dia 15 de novembro de seus 139 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alceu Ricardo Swarowski, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Rio Negro que no próximo dia 15 de novembro estará comemorando 139 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 139 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o

constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 5411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guamiranga, pelo transcurso, no próximo dia 16 de novembro de seus 13 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ruy Machado de Miranda, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população e Guamiranga que no próximo dia 16 de novembro estará comemorando 13 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 13 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 5405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao presidente da Oi, Luiz Fernando Falco, solicitando providências para a instalação do serviço de telefonia no Parque Industrial de Sabáudia.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao presidente da Oi, Luiz Eduardo Falco.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) WALDYR PUGLYESI

JUSTIFICATIVA:

A falta de um sistema de telefonia reflete negativamente no desenvolvimento do Programa de Industrialização de Sabáudia, no Norte do Paraná. O Parque Industrial do Município, cuja primeira etapa foi inaugurada em julho deste ano, receberá com certeza investimentos de pelo menos R\$ 50.000.000,00. Fora os investimentos públicos do Município, da COPEL e da SANEPAR já executados.

Na primeira fase do Programa de Industrialização de Sabáudia, desenvolvido em conjunto com o Governo do Estado, foram assinados 35 termos para instalação de empresas no local. Atualmente 30 unidades estão instaladas, e necessitam de 5 a 30 linhas por empreendimento.

Nesta segunda fase foi desapropriada mais uma área de 7 alqueires para dar condições de instalação de mais 25 empresas no local. Com isto, o Parque Industrial de Sabáudia se consolidará com 60 empresas. Vale ressaltar que, apesar da importância desse empreendimento e de insistentes pedidos, até o presente momento a companhia telefônica ainda não instalou uma rede no local. As empresas não podem iniciar suas atividades sem a instalação dos serviços telefônicos. Portanto falta apenas a telefonia.

Este fato tem ocasionado sérios problemas para o Município, prejudicando o avanço deste importante empreendimento, que vai contribuir para geração de vários empregos diretos e indireto e impostos para o Estado e para a União.

Sendo assim, solicito de V. Sa. providências no sentido de agilizar o serviço da instalação da rede telefônica o mais urgente possível no local.

REQUERIMENTO Nº 5420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Gabriel Ribeiro Campos, Diretor Institucional da Oi - Filial Paraná, solicitando a instalação de telefonia no Parque Industrial no Município de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sabáudia, na primeira fase de instalação de seu Parque Industrial contou com 35 empresas, sendo que cada uma delas necessita de até 30 linhas telefônicas, e agora, na segunda fase, mais 25 empresas assinaram o contrato de implantação, consolidando 60 empresas que gerarão milhares de empregos diretos e indiretos e impostos para as esferas estadual e federal. COPEL e SANEPAR atenderam a esta nova demanda assim que solicitadas, mas a telefonia tem sido o maior desafio, impedindo o avanço deste empreendimento.

REQUERIMENTO Nº 5414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Francisco Derosso, proximidades do nº 6550 - Bairro Alto Boqueirão, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na região. Muitos assaltos vêm ocorrendo e os moradores encontram-se apavorados. A situação está fora de controle e a comunidade sem segurança, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 10/11/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, talvez até quebrando a rotina da nossa Sessão Ordinária, mas hoje tivemos, na Assembleia Legislativa - e como tem sido uma constante nos últimos dias - pela manhã três Audiências Públicas na Casa. E as três Audiências Públicas da maior importância e relevância aconteceram aqui no plenário. Sessão promovida pelo Deputado Jocelito Canto, que dizia respeito a esta questão que envolve as Prefeituras e as agências funerárias. De igual maneira, no plenarinho, tivemos uma Audiência com a ALCOOLPAR e os produtores de álcool no Estado do Paraná, num simpósio que continua acontecendo, da mais alta relevância. E ainda, na Saúde, promovida pelo Deputado Ney Leprevost, tivemos uma Audiência Pública envolvendo também questões do câncer de mama, na Comissão Permanente de Saúde desta Casa.

Portanto, fiz questão de fazer este preâmbulo, porque eu comentava, hoje, e recebemos com muita alegria a visita dos alunos da Universidade Estadual Centro-Oeste de Irati, que aqui estão e quem passaram boa parte da manhã aqui na Casa, eu comentava com eles que o trabalho do Deputado não se resume naquilo que acontece, muitas vezes, na Sessão Plenária, não só nas Comissões Permanentes, não só nas visitas às Secretarias, mas as visitas às Prefeituras. E o atendimento ao público.

Pequeno Expediente:

Por esta razão faço este comentário, quando abrimos nossa Sessão de hoje recebendo figuras proeminentes da nossa sociedade, do nosso Estado, e que realmente dão uma contribuição muito grande ao progresso, não necessariamente do Litoral do Estado, mas de todo o Estado do Paraná, a pedido do Deputado Mario Roque, que presta uma homenagem ao Sr. Dino Cattalini, fundador da empresa Cattalini Terminais Marítimos, acompanhado do Sr. Cláudio Fernando Daudt, diretor-superintendente dessa empresa, pela participação efetiva que a empresa Cattalini dá ao desenvolvimento do nosso Estado. E quando nós sonhamos, em Paranaguá, com a construção do nosso aquário marinho, tem a participação efetiva da empresa Cattalini. Mas, para que possamos entregar uma menção honrosa e esta Casa homenageie a família Cattalini, concedo a palavra, neste instante, ao Deputado parnanguara e ex-Prefeito de Paranaguá, nosso particular amigo, Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente e população do Estado do Paraná.

Há aproximadamente dois meses estive nesta tribuna e dizia da minha satisfação e da satisfação de todos os parnanguaras pelo investimento que a empresa

Cattalini iria fazer em nosso Município, participando com uma verba superior a R\$ 5 milhões para a construção de um aquário. E fiz questão de homenagear os familiares e os proprietários dessa empresa.

(Lê):

“Neste momento uso a tribuna desta Casa para homenagear os proprietários e o diretor-superintendente de uma conceituada e respeitada empresa, que se localiza em Paranaguá, mais propriamente no bairro do Rocio, empresa essa que oferece 220 empregos diretos e mais 200 indiretos.

Me refiro a Cattalini Terminais Marítimos, e esta homenagem que prestamos aos Srs. Dino Cattalini e a Stefano Cattalini, irmãos e fundadores do Grupo Cattalini, bem como ao Sr. Cláudio Fernando Daudt - diretor-superintendente da Cattalini Terminais Marítimos, se dá em virtude da construção do aquário marinho no Município de Paranaguá.

Serão investidos até R\$ 5 milhões na obra por parte da empresa, oriundos de uma medida compensatória. Essa medida se deve aos danos ambientais causados pela explosão do navio chileno Vicuña, acidente ocorrido em 15 de novembro de 2004, na baía de Paranaguá.

Vale destacar que mesmo tendo sido julgada no Tribunal Marítimo, inocente pelo acidente, a empresa Cattalini resolveu fazer esse investimento na Cidade, que terá um retorno turístico, científico e ambiental extraordinário.

O empreendimento contará com três pavimentos e ocupará uma área de 2 mil e 200m² localizado no centro da Cidade. O espaço abrigará uma variedade de espécies do mar, principalmente peixes nativos do Litoral paranaense, ainda consta a criação de um “pinguinário”, para mostrar a vida dos pinguins, visitantes frequentes do Litoral Sul do Brasil, vindos da Patagônia, na Argentina. O aquário terá também uma biblioteca de porte médio, com obras relativas à vida marinha.

O projeto arquitetônico prevê ainda, lojas, mirantes, cafeterias, jardim educativo. A inovação do projeto traz o corpo de uma baleia, que também será um centro de visitas; o aquário também terá laboratórios, auditório e praça de alimentação.

A obra representa um importante gerador de empregos para a população e trará benefícios diretos para a comunidade local, uma vez que certamente aumentará as oportunidades de investimentos e conseqüentemente um incremento no turismo da região.

Com minha experiência pública e principalmente como ex-Prefeito por duas gestões em Paranaguá, sei que investir no turismo significa geração de renda e oportunidades, e é isso que a população do Litoral tanto almeja de nós, homens públicos. Por isso, sinto-me honrado de prestar esse reconhecimento a um grupo privado que está fazendo a sua parte.

Essa homenagem significa um singelo, porém sincero agradecimento deste Deputado e desta Casa aos senhores.

Muito obrigado e boa-tarde a todos.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado Mário Roque! Em nome de toda a Assembleia Legislativa estendo as homenagens também ao Alberto Cattalini Filho. E solicito ao Deputado Mario Roque que faça a entrega da menção honrosa.

O SR. MARIO ROQUE (PMDB)

(Faz a entrega da menção honrosa)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Cláudio, superintendente da empresa, que falará em nome dos homenageados.

Sr. Claudio Fernando Daudt

O SR. CLAUDIO FERNANDO DAUDT

Sr. Presidente, Deputado Mario Roque, Sras. e Srs. Deputados.

A família Cattalini agradece a homenagem feita hoje, com muito merecimento àqueles que vieram há 60 anos para o Brasil e que, há mais de 30 anos estão em Paranaguá. É uma empresa genuinamente paranaense e paranaense.

A empresa sofreu muito nesses últimos anos em função desse acidente. Foi o primeiro acidente de navio atracado no mundo.

Como o senhor disse hoje pela manhã, vivemos num País onde a burocracia está implantada. Temos as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente onde, até hoje, esperamos ser consultados para saber em que condições esse acidente se deu. Nós fomos inocentados pelo Tribunal Marítimo e todos os relatórios realizados levaram à mesma causa, ou seja, o acidente se deu por ocasião de uma falta de manutenção adequada do navio.

Acho que isso tudo é para repensar. Tudo isso é para que se possa avançar, principalmente a Assembleia, que tem uma Comissão de Meio Ambiente, para pensar alguma coisa diferente e levar, quem sabe, à Brasília, àqueles que fazem as leis, àqueles que fazem essas resoluções, porque não vimos, até o momento, essa situação ter sido privilegiada.

Como eu disse antes, o único acidente de navio atracado no mundo até hoje, quer dizer, acidente, explosão com vítimas. Mas isto é apenas um registro, um desabafo da nossa empresa, que há cinco anos vem pagando muito caro por tudo isso que aconteceu, sendo que a responsabilidade dela foi nenhuma, como constatado nos laudos periciais.

Mais uma vez fica o registro, Deputado Roque, o agradecimento. Esperamos que o aquário seja um indutor do turismo, principalmente um indutor da educação no Estado do Paraná e na Região Sul, porque será o primeiro aquário da Região Sul. Esta foi uma forma que a empresa encontrou de fazer um acordo com o Governo do Estado, dentro de toda legalidade, porque não havia razoabilidade e nem proporcionalidade naquilo que nos foi impingido à época.

Poderíamos esperar mais 10 ou 15 anos para que isso fosse resolvido. Então, achamos por bem, com a Secretaria do Meio Ambiente, com o Governo do Estado, chegarmos a esse acordo, e a nossa expectativa é que esse aquário traga muita alegria, muito trabalho e muita educação para a nossa Cidade de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Recebam, Deputado Mario Roque, família Cattalini, as homenagens aqui da Assembleia. Esta é uma homenagem bastante simples, mas podem ter certeza que é de um significado muito grande para esta Casa. Homenageamos uma família que veio para o nosso Estado contribuir com o desenvolvimento dele. Vocês fazem com que nos sintamos efetivamente orgulhosos de sermos paranaenses.

Os cumprimentos ao Deputado Mario Roque pela iniciativa, à toda família Cattalini e a todos os parnanguaras, que devem estar nos assistindo e aplaudindo esta homenagem simples, como eu disse, com a cara da Assembleia, mas muito importante para todos nós. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa! Continuem em frente! Sucesso! O Paraná conta realmente com o trabalho e o progresso dos senhores! Felicidade e Deus os ilumine!

Não posso deixar de nominar a professora Célia Cherry, que comanda todos os nossos alunos lá de Irati.

Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa que nos prestigia nesta tarde, os funcionários da imprensa, os alunos, os professores e principalmente a comunidade do Estado do Paraná que nos acompanha pela TV SINAL.

Vou usar o Pequeno Expediente para discorrer sobre um assunto que, Deputada Rosane, Deputado Beraldin, nos últimos dias, tem acontecido no Brasil. A mídia tem dado em espaço muito grande para o bullying. Quem tem acompanhado tem visto, em nível nacional, a imprensa dando um destaque, e até não é só pelo caso daquela moça daquela faculdade, que todo mundo já sabe e viu. Mas, antes disso já vinham, o trabalho da imprensa, dando uma divulgação com relação ao tal do bullying.

O que é o bullying, para que todos possam entender claramente? Entende-se por bullying a prática de atos de violência física ou psicológica, de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduos ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de constranger, intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vítima.

Esse é um dos itens que está escrito no artigo 2º de uma lei aprovada pela Assembleia do Estado de Pernambuco, e sancionada pelo Governador do Estado de

Pernambuco. Bom, até aí tudo bem, Pernambuco saiu na frente, de mídia nacional positiva para o Estado, positiva para a Assembleia Legislativa daquele Estado, tratando de tema bullying.

Acontece que aqui no Paraná, em 22 de agosto de 2007, na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o nosso projeto, muito parecido até, mais completo inclusive do que esse de Pernambuco, tratando do mesmo tema, do bullying. Tivemos a iniciativa. Os Deputados aqui desta Casa aprovaram. O projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, o relator foi o Deputado Teruo Kato. Na Comissão de Constituição e Justiça o relator foi o Deputado Carlos Simões. Passou pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, que foi o Elio Lino Rusch o relator. Isso no mês de outubro de 2007. E no mês de novembro de 2007 passou pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Olha, quatro comissões desta Casa aprovaram esse projeto. Foram vários os Deputados que discutiram, entenderam analisaram e votaram favoravelmente. Depois veio para o plenário, para três discussões. A primeira no mês de dezembro de 2007, no dia cinco de dezembro de 2007; a segunda no dia dez de dezembro. E a terceira, a última, no dia onze de dezembro. Foi aprovado por esta Casa por unanimidade, todos os Deputados. Naquele momento, em 2007, já estávamos aqui, a Assembleia Legislativa, discutindo formas de combater o bullying, que é aquela situação que acontece principalmente nas escolas.

Quero voltar a repetir que o bullying pode ser classificado em três tipos: pode ser do tipo sexual, que é assediar, induzir ou abusar; exclusão social, que é ignorar, isolar ou excluir; e ainda psicológico, que é perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, infernizar, tiranizar, chantagear e manipular. Até aí tudo bem, nós, da Assembleia Legislativa, cumprimos com o nosso papel, fizemos a nossa parte, como diz o Deputado Nelson Justus.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Chegado esse projeto às mãos do Governador do Estado do Paraná, acredito que até de uma forma o Governador foi enganado, não vou dizer enganado, porque é meio forte, embora ele tenha dito na “escolinha”, hoje pela manhã, que está sendo enganado com aquela ação de um fundo de pensão, um fundo que andou comprando, tem uma conversa aí. Isso foi o que ele disse hoje pela manhã na “escolinha”. E até disse que precisa que esta Casa faça uma CPI para apurar isso. Então, quero dizer ao Governador que se ele precisar do nosso apoio para implantar a CPI, pode contar com o meu apoio, Deputado Douglas Fabrício, que é da Oposição, porque ele pediu apoio da Oposição, porque ele pediu apoio da Oposição para implantar uma CPI.

Agora, ele tem influência e tem maior número de Deputados aqui do lado dele, que peça aos Deputados da base dele que apresentem a CPI que eu vou apoiar, já que ele pediu hoje na “escolinha”.

Mas, voltado ao tema do bulling, o Governador vetou o nosso projeto. E ele diz aqui: “Vetei o Projeto de Lei nº 612/07 por julgá-lo contrário ao interesse público”. Então o Governador julga que não é bom ter um projeto, no Paraná, para combater o bulling. É isso que o Governador julga. Ou assessores dele orientaram o Governador a vetar o projeto. Aí, lá em Pernambuco, dois anos depois, um projeto igual ao nosso, ou muito parecido, é aprovado e sancionado pelo Governador. E aí a mídia nacional diz assim: *Parabéns ao Governador de Pernambuco, que está preocupado em cuidar das crianças nas escolas, com um projeto de combate ao bulling*”. Lá em Pernambuco deu mídia nacional para o Estado, mídia positiva; no entanto, no Paraná, deu mídia negativa. É mídia na hora de divulgar o Governador comendo mamona; é mídia negativa na hora do Governador atacar as preferências das pessoas; é mídia negativa na hora de distribuir ônibus para a comunidade; é mídia negativa até em palanque que está caindo por aí.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria pedir ao Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Nelson Justus, que colocasse para votar esse veto que o Governador colocou no nosso projeto. O Projeto nº 612. Quero deixar o registro, que vem aqui para os Deputados.

Se os Deputados acharem que o Governador está certo em não se preocupar com o bulling nas escolas, aí eles votam a favor do veto. Agora, se os Deputados estiverem preocupados com as crianças, com o bulling, que está hoje chamando a atenção do mundo, aí votamos contra o veto, e nós da Assembleia Legislativa contentamos a população do Estado do Paraná, porque a população espera de nós, Deputados, que estejamos a favor do povo. E o bulling está bem claro na mídia, prejudica a população, principalmente as crianças.

Teve um argumento do Governador no veto, ele dizendo assim: “Dentre as ações desenvolvidas, que nós do Governo fazemos, está a discussão proposta na disciplina de sociologia”. Tudo bem, até posso concordar que a disciplina da sociologia seja importante e trate desse tema, de repente, lá dentro da disciplina. Mas quem que estuda sociologia? Não são as crianças lá do ensino fundamental. Já são os jovens caminhando para adultos, conhecido como 2º grau. Porque no ensino básico não tem a disciplina de sociologia. Eu estou mais preocupado é com o ensino básico, é com as crianças. Eles lá devem ter um sentimento de educação, de formação, de respeito às pessoas, de não fazer esse tipo de coisa que é chamado de bulling, de ficar intimidando.

Imagine, Pastor Edson, uma criança que às vezes, vou usar um exemplo simples, por ser mais gordinha do que os outros, possa ser intimidada, ficarem tirando sarro, ou coisa parecida, como é comum nas escolas. Isso pode ser combatido. Esse projeto de lei nosso era para isso, para dar o exemplo simples.

Quero crer que não tenha sido vetado esse projeto porque eu estou na base da Oposição. Mas mesmo eu estando na base da Oposição, quero apoiar o Governador no processo da CPI que ele quer criar aqui nesta Casa. Ele que apresente a CPI através dos seus Deputados que eu vou aprovar, vou apoiar. Vamos pedir ao Governador também, que poderia ter aprovado um projeto desse e está prejudicando e deixando o Paraná para trás. Porque os outros Estados lançam esse tipo de projeto beneficiam sua população e acabam tendo uma imagem positiva para o Governo, como é o caso de Pernambuco.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Apenas fazer um paralelo naquilo que V. Exa. coloca, quanto a uma forma inadequada de tratamento feita por poucos indivíduos, que acabam fazendo com que outros, muito mais em ambiente escolar, se envolvam também.

Recentemente aconteceu na UNIBAN - estamos vendo todo o debate que está acontecendo no Brasil - que aliás resolveu expulsar a aluna, que havia sido humilhada pelos seus colegas de escola. Agora, a universidade recuou na expulsão, mas de qualquer forma isso mostra precipitação da ação. UNIBAN.

Entendo que o bulling é uma derivação. Da mesma forma como apresentamos aqui um projeto sobre o assédio moral no trabalho, no serviço público, o bulling tem a mesma característica dentro do ambiente escolar: desqualificar, desclassificar e fazer com que a pessoa saia daquele ambiente. Normalmente, V. Exa. lembrou bem, algumas pessoas são pegadas não ao acaso, mas por determinadas características, para serem achincalhadas e serem vítimas do preconceito.

Temos que debater toda forma de preconceito e de discriminação, principalmente entre crianças e adolescentes. Se quisermos formar uma geração que não tenha essas psicopatias, porque são essas pessoas que têm esse desvio de conduta, que acabam influenciando os outros, temos que ter mecanismos para coibir. Não por acaso esse termo, que é derivado do assédio moral, é muito utilizado no Brasil e ainda sem uma tradução específica, que vem muito do comportamento americano e inglês. Obviamente, nas escolas americanas e inglesas há uma caracterização, e por isso há uma proibição da prática.

Espero que V. Exa. retome esse projeto.guardo que tenhamos, por iniciativa do Governo do estado, um projeto semelhante a esse no que diz respeito ao assédio moral. Estamos fazendo esse debate no Brasil inteiro, em todo o Estado do Paraná, e seria adequado que tivéssemos esse tipo comportamento. Talvez, dentro de algum tempo, possamos ter um projeto como esse, com iniciativa do Governo, e acho meritório que façamos esse debate.

Parabéns pela sua iniciativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Mais uma vez reiterar o pedido para que o Presidente Nelson Justus coloque na pauta o veto a esse projeto. Porque os Deputados decidem soberanamente a favor ou contra o veto. Se eu tiver que apresentar um outro projeto dessa natureza, vai demorar muito, vai tramitar, porque são muitas comissões, até chegar ao Governador, que pode ser mal orientado e vetar novamente e vai ser um prejuízo para o Paraná.

Deixar claro o nosso respeito à Assembleia Legislativa, que em 2007 já tratava desse tema e que aprovou por todas as seguintes comissões: de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia; de Defesa dos Direitos da Criança, da Mulher e do Adolescente; e de Direitos Humanos e da Cidadania. São quatro comissões importantes, que no mínimo deram discussões para mais de 30 Deputados. Imaginem depois aqui no Plenário! Foi bem discutido e aprovado esse tema, por unanimidade. Esperamos que o veto chegue e os Deputados possam apreciá-lo.

Há outros vetos que foram colocados pelo Governador, de nossa autoria. Esta semana eu falei desse veto; na semana que vem vou falar de outro. Vou começar à sociedade do Paraná, como é que nós Deputados trabalhamos, lutamos e aprovamos projetos. Mas às vezes eles chegam ao Poder Executivo e acabam vetando e com isso prejudica não só o trabalho do Deputado, mas também a sociedade do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**(Assentimento)**

Só para destacar, V. Exa. falou agora há pouco da Audiência Pública e hoje apareceu algo que vai mexer com o Paraná. Hoje pela manhã, na Audiência Pública referente à questão dos cadáveres, surgiu aqui um caso de Polícia. Daqui a pouco, na oportunidade, no Grande Expediente vamos falar desse caso em que “o anjo da morte” tira a vida das pessoas nas UTIs dos hospitais para ficar com o corpo e para a funerária fazer o enterro. Daqui a pouco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, tenho na realidade um tema que iniciei ontem e gostaria de continuar no dia de hoje, falando no Pequeno Expediente e posteriormente no Horário das Lideranças.

Mas, antes de falar sobre a Defensoria Pública, que é o tema que me traz a esta tribuna - até porque ontem eu já havia comentado com alguns Deputados a respeito do Congresso da Defensoria Pública e da possibilidade do

Ministro Tarso Genro vir ao Paraná para fazer o lançamento de uma cartilha sobre Defensoria Pública - quero registrar aqui um caso que alguns Deputados que estavam aqui em 1998 acompanharam, o caso do Sétimo Garibaldi, que foi uma pessoa, trabalhador rural sem-terra, ligado ao MST.

(Lê):

“No dia 27 de novembro de 1998, 20 pistoleiros encapuzados entraram no acampamento do MST na Fazenda São Francisco, no Município de Querência do Norte, Região Noroeste do Paraná. Armados e afirmando serem policiais, os homens iniciaram um despejo extrajudicial violento. O trabalhador rural Sétimo Garibaldi foi baleado na coxa e, sem atendimento, morreu em seguida.

Quase cinco anos haviam se passado quando, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), as organizações Justiça Global, Terra de Direitos e Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP), diante da morosidade e da suspeita de conivência das autoridades responsáveis pela investigação e pelo processamento judicial do caso, iniciaram o trâmite no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da OEA. Um ano depois, o caso ainda seria arquivado na Justiça brasileira pela Juíza Elisabeth Khater sem a devida fundamentação.

Agora, passados 11 anos do assassinato de Sétimo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA anuncia a sentença em que condena o Estado Brasileiro pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, em prejuízo da viúva e dos filhos de Sétimo Garibaldi.

A OEA considerou o País culpado pela não responsabilização dos envolvidos no assassinato de Sétimo Garibaldi e afirmou que o caso expõe a parcialidade do judiciário no tratamento da violência no campo e as falhas das autoridades brasileiras em combater milícias formadas por fazendeiros.

É a terceira vez que o Estado Brasileiro é condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos e a segunda que envolve crimes contra trabalhadores rurais sem-terra no Paraná. Em agosto, a OEA havia responsabilizado o País por grampos ilegais contra integrantes do MST na mesma região do assassinato de Sétimo, em um caso que também teve participação de Juíza Khater.

As sentenças condenatórias da OEA saem em um momento em que interesses políticos reforçam a criminalização e a perseguição ao MST. Há menos de um mês foi instaurada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar supostas irregularidades em financiamentos do Governo Federal a entidade de promoção da reforma agrária.”

Quero fazer esse registro porque eu não era Deputado à época, mas V. Exa., Deputado Dobrandino, que era Deputado, sabe que vivíamos um momento de bastante tensionamento, principalmente na região de Querência do Norte.

Além desse há outros casos, ficou famoso, inclusive o caso da Juíza Khater quando a Folha de São Paulo denunciou que a mesma Juíza foi flagrada por jornalistas comemorando com os fazendeiros a desocupação, o que é absolutamente, no mínimo, eu não diria só irregular, eu diria, no mínimo fora dos padrões judiciários. A Juíza tem que ter uma imparcialidade, não poderia estar envolvida nesse caso pessoalmente. Esse caso resultou, em agosto, na segunda condenação do Estado Brasileiro na Corte Interamericana de Direito, e acho que vale, para nós todos, como um alerta. Se para alguns casos pode acontecer e podem ser esquecidos, e eu falo isso porque justamente estamos no momento que o Conselho Nacional de Justiça faz um profundo debate e instaura, aqui no Estado do Paraná, uma sindicância interna para fazer com que tenhamos apurados diversos procedimentos considerados pelo CNJ como necessários de serem reexaminados, entre eles mais de 14 mil processos que estão há mais de 100 dias já com despacho pronto e que não são assinados.

O CNJ fará, no dia 12, aqui no Paraná, uma Audiência Pública com relação ao Judiciário, e acho que casos como esses são emblemáticos, porque assim como o caso do Sétimo Garibaldi, tivemos também, na mesma época, o César Napoleão Ribeiro, que era escrivão na época e sustentou que a arma que havia sido encontrada era, de fato, de pessoas que fizeram a desocupação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Tivemos mais dois assassinatos na sequência, então acredito que isso faz com que, mesmo 11 anos depois, tenhamos essa condenação, e essa condenação tem desdobramentos.

A Deputada Luciana Rafagnin, que à época estava aqui na Assembleia Legislativa, em 1998, perdão, quem estava aqui era o Deputado Péricles e que depois de eleito Prefeito V. Exa., com muita dignidade, deu continuidade e a honra de representar o nosso partido.

Então, quero fazer esse registro e na sequência, já havia dito ontem, continuar a fazer o balanço daquilo que é o motivo principal de eu vir a esta tribuna: poder relatar um pouco do que foi o Congresso dos Defensores Públicos em Porto Alegre, e alguns dos dados que nós extraímos desse Congresso. Embora eu volte a dizer que o Paraná, junto com Santa Catarina, são os dois únicos Estados que ainda não tem, nós teremos agora no domingo um debate entre os candidatos a Presidente da OAB, e neste debate estamos solicitando a posição dos candidatos, um dos dois futuramente será o Presidente da OAB, com relação a instalação da Defensoria Pública do Paraná, nos moldes da Constituição Federal, nós temos uma Defensoria Pública, mas não no moldes do que preconiza a Constituição de 1988.

Eu queria passar para os senhores alguns diagnósticos, alguns dados que foram feitos:

(Lê):

O diagnóstico da Secretaria de Reforma do Judiciário e do PNUD informa que só 42,7% das Comarcas do País têm defensores públicos. Eles atuam em todas as áreas jurídicas - do Direito Penal e Direito Civil aos Direitos Humanos e Coletivos, inclusive os casos de regularização fundiária. Os quatro núcleos especializados, que têm maior número de defensores públicos, são os de Infância e Adolescência, Execução Penais, área cível e direitos do idoso. Entre 2006 e 2008, o número de atendimentos realizados pelas Defensorias Públicas aumentou 45%. A Bahia foi o Estado com maior número de atendimentos, e os que apresentaram os números mais baixos foram os Estados da Paraíba e do Amapá.

Com relação ao número de processos ajuizados ou respondidos, o aumento foi de 66,59%, com forte predomínio das ações nas áreas de direito das obrigações, direito imobiliário e direito de família. As audiências judiciais com a participação de defensores públicos aumentaram 52,57% nos últimos três anos. O número de acordos extrajudiciais teve um aumento de 65,14% e as prisões em flagrante comunicadas às Defensorias Públicas registraram uma elevação de quase 130% no período. Também são expressivos os números de habeas corpus impetrados por defensores públicos no STJ e no STF.

Apesar desses avanços, o diagnóstico informa que há apenas 1,4 defensor público para cada 100 mil habitantes no Brasil. A média é baixa quando comparada com a de Países desenvolvidos e em desenvolvimento. A oferta de serviços jurídicos à população de baixa renda tem sido uma das obrigações do Estado mais enfatizadas pelo Banco Mundial e pelo BID, nos últimos anos, juntamente com a reforma da legislação processual civil e penal e a adoção da súmula vinculante, do princípio da repercussão geral e da cláusula impeditiva de recursos. Para as duas instituições, a reforma do Poder Judiciário, além de agilizar a tramitação dos processos e melhorar os índices de segurança jurídica, tem de democratizar o acesso aos Tribunais. O diagnóstico mostra que o Brasil ainda tem de investir muito para que esse objetivo seja conquistado.

Ontem comentei aqui o caso de uma pessoa em São Paulo, que foi irregularmente presa, porque o seu irmão era foragido de uma penitenciária de São Paulo, usou os seus documentos e essa pessoa não sabia. Um ano depois essa pessoa foi fazer renovação dos seus documentos e foi presa. A sua mulher grávida, e ele com filho no colo, foi solicitado que ele deixasse a sua mulher e a criança porque estava detido por ter fugido da prisão de Ortolândia. Aí essa pessoa falou que não poderia ter feito isso, porque o nome era diferente, as impressões digitais eram diferentes, o rosto era diferente. Mas mesmo assim ficou preso por quase oito meses. E só saiu quando a sua mulher conseguiu um defensor público que pudesse fazer a sua defesa e tirá-lo. Até lá foram humilhações constantes.

Esse é apenas um caso, temos muitos outros casos.

Obviamente que nós temos... Deputado Dobrandino, lhe permito.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Só para constatar que o tema que V. Exa leva à tribuna é importantíssimo, Defensoria Pública. Um dos primeiros Municípios do Paraná a instalar Defensoria Pública foi Foz do Iguaçu. A pedido do Ministério Público instalamos em Foz uma estrutura bastante ampla, o senhor não imagina, milhares e milhares de causas que já foram agilizadas lá em Foz do Iguaçu pela Defensoria Pública, sempre em defesa dos menos favorecidos. Todos os Municípios do Paraná deveriam ter a sua Defensoria Pública para as pessoas, os indefesos, poderem ser defendidos através do Município. Se o Município quiser, todos poderão ter.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado. Quero aqui lembrar que no Estado do Paraná, recentemente o Presidente Lula assinou a Lei Orgânica da Defensoria Pública. O que temos defendido é que inclusive tenhamos este ano, e já comentei até com alguns Deputados, acho que até com o Deputado Rossoni, a necessidade de termos uma emenda coletiva. Porque ainda que tenhamos dúvidas sobre o cumprimento das emendas, e temos motivos para termos dúvidas, não quero entrar no mérito, mas uma emenda coletiva determinando recursos para a Defensoria Pública do Estado do Paraná, que não seja uma emenda de um Deputado A, B ou C, de todos os Deputados que entenderem que a Defensoria Pública é uma bandeira da Assembleia Legislativa que nós assinemos.

Obviamente que depois, temos tido uma experiência de emendas que são aprovadas, mas não são cumpridas. Não são vetadas também, mas não são cumpridas. Entendo que mesmo assim as Defensorias Públicas no Brasil inteiro, as principais no caso de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, que ainda está constituindo a sua Defensoria, Pernambuco, todas elas saíram a partir do esforço feito pela sociedade e pelas Assembleias Legislativas. Foram as Assembleias Legislativas os principais aliados da população mais pobre, é a população de até três salários-mínimos que é atendida pelas Defensorias Públicas. E no Paraná temos mais de 250 mil processos esperando serem regularizados.

Então, são essas ações que esperamos ver. Acho que é possível que tenhamos uma emenda coletiva e que essa emenda apreciada pelo Governador, porque ninguém está pedindo que tenhamos uma superestrutura, mas que tenhamos o primeiro passo, que possa ser dado até para que o Paraná finalmente saia da situação quase de abnegação de algumas pessoas que estão na Defensoria hoje, mas uma Defensoria com limitações, porque não pode sequer demandar contra o Estado, porque depende do Estado. Mas que saia dessa situação e que

tenhamos, de fato, a Defensoria Pública como mais e não a última, porque se passar primeiro Santa Catarina, seremos os últimos, mas como mais uma das Defensorias Públicas que tantos serviços prestam ao Paraná.

Gostaria de justificar a ausência do Deputado Elton Welter, não está hoje no plenário porque está numa reunião com o Ministério das Cidades. E eu amanhã estarei acompanhando a defesa da jornada das 40 horas em Brasília.

Na sequência, gostaríamos de fazer um debate sobre o pedido de informações que fizemos e que a Secretária Telma já teria que ter nos respondido e até agora não fez. Mas certamente é um bom debate para a semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente o Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Realmente o caso é gravíssimo, e o Deputado Jocelito vai fazer, na sequência, a denúncia que tivemos hoje Audiência Pública da CCJ sobre um projeto de lei do Jocelito Canto, projeto muito interessante, e algumas denúncias vieram à tona. Por isso, a importância desta Casa fazer Audiências Públicas. E a importância também de abordarmos aqui todos os assuntos inerentes à população do Paraná.

Há alguns dias fiz aqui uma denúncia sobre a pressa com que a Polícia cumpriu uma sentença e colocou uma corrente na entrada de um agricultor, nas imediações do pedágio de São Miguel do Iguaçu, na divisa com Santa Terezinha de Itaipu. E por quase 20 dias esse morador, não só ele, tem mais uns sete, oito que moram nessa propriedade dele, que o acesso é uns 100 metros do pedágio, ele tinham que, para sair da sua propriedade, dar a volta uns três, quatro quilômetros, para o pedágio para ir para Santa Terezinha ou para Foz do Iguaçu. Para voltar para as suas casas era a mesma coisa.

Tenho o dever de comunicar aqui, já que fiz a denúncia, que no último sábado, através de uma decisão do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, foi suspensa essa corrente, pelo menos o morador tem o direito de entrar na sua propriedade sem pagar o pedágio.

A que ponto estamos chegando, Deputado Belinati, o senhor que recebe e-mails diariamente de todo o Paraná. Estamos vendo. Pensei que esse desrespeito era somente em relação a esse proprietário, esse agricultor, tenho mais um calhamaço de e-mails para hoje.

Fiquei perplexo quando ontem, lendo os jornais da Região Central do Paraná, percebi na região de Campo Mourão, novamente, o mesmo abuso. A Polícia, lá no meio da roça, no meio do carreador, parando os moradores:

“Opa, você mora aqui?” O cara falou: “Moro, vamos ali na minha fazenda”. “Não, você vai voltar e pagar o pedágio!”

Quer dizer, todos nós quando chegamos aqui, vamos ali numa plataforma, fazemos um juramento de cumprir a Constituição. Todo o servidor público quando toma posse faz o juramento de cumprir as leis. As leis, eu acabei de ver agora, o Deputado Tadeu Veneri fazer uma denúncia que o Brasil está indo para a lista negra lá na OEA. Acredito que isso vai cada vez aumentando mais, porque não sei a quem a lei está protegendo. Não sei quem o Estado está protegendo. O que vemos pipocar, em todo o Estado do Paraná, é a lei ser utilizada a favor de alguém e o aparato público ser utilizado a favor de alguém, mas esse alguém, se fosse a população, tudo bem, é para isso que existe o estado democrático de direito. Mas, estou achando que está ultrapassando as raias da tolerância esse abuso das concessionárias de pedágio.

Quero reconhecer aqui alguém que tenho as minhas contendas quase que diárias, o Deputado Romanelli, quando ele fala: “A Polícia Rodoviária Estadual vai estar proibida de perseguir motoristas que procuram desvios de pedágios. Porque a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná não está servindo os interesses das concessionárias”.

Já estou começando a sentir saudades da Polícia Rodoviária Estadual cuidando das rodovias federais. Apesar de ter sido um dos que comemorou a devolução do policiamento à Polícia Rodoviária Federal. Mas temos que ter limites.

Quero aqui novamente fazer a denúncia, já é grande a fofoca de que tem um grande acerto correndo para a redução de algum percentual na tarifa de pedágio, em troca do prologamento do contrato.

Esta Casa tem que se posicionar contra, porque faltam apenas sete anos para que eles concluam as obras previstas no contrato, entre as quais a duplicação de Medianeira à Cascavel e entregar duplicado.

Daí estamos mobilizando várias assinaturas para o projeto de iniciativa popular no Congresso Nacional, para que todas as concessões sejam feitas pedágios de conservação e não mais essa roubalheira como tem hoje no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É sempre um prazer atender os paranaenses que nos enviam e-mails.

E-mail de Valdinei Timóteo Rocha, Nei do Gás:

A Federação das Associações de Moradores de Cambé vem respeitosamente convidar o Sr. Deputado

Estadual para uma reunião, onde serão entregues às autoridades as reivindicações da manifestação realizada pela federação e a comunidade no último dia 07/11/09, sendo imprescindível a sua presença.

Data: 11/11/09

Horário 20h

Local: Colégio Estadual Olavo Bilac

*Endereço: Av. Inglaterra, 596 - centro de Cambé
Valdinei Timóteo Rocha (Nei do Gás)*

Presidente da FASMOC

No último dia 7. É sobre a história do trem da América Latina que passa bem dentro de Cambé e que, lamentavelmente, matou duas crianças. O meu amigo Ney, grande líder comunitário, está mobilizando as autoridades, tomara que elas sejam sensíveis e façam a mudança desse trecho ferroviário que está bem no centro de Cambé, que está colocando em constante perigo a vida do povo da Cidade.

Da Cidade de Guarapuava, o Ednilson L. Souza aborda, com muita competência, o problema do transporte intermunicipal de Guarapuava, que está mal servida de transporte. É uma grande Cidade. Está a Cidade de Irati e várias Cidades, dificultando principalmente a vinda de estudantes.

O Ednilson relata aqui que para pegar o ônibus em Guarapuava para Concórdia tem que viajar 405 quilômetros, porque o ônibus vai por Pato Branco. Se tivesse um ônibus direto, o trecho cairia para 320 quilômetros. Viajaria-se 85 quilômetros a menos, pagaria bem menos na passagem e não teria que ficar na rodoviária de duas a três horas esperando o ônibus para fazer baldeação.

Governador Requião, precisa determinar providências urgentes para melhorar o transporte na região de Guarapuava e nas demais Cidades do Paraná.

Ontem saiu, na Folha de Londrina, a lista dos Deputados que comparecem aos trabalhos aqui e dos Deputados que faltam às Sessões. Temos a alegria, ao lado de alguns colegas, entre o Jocelito Canto, ficamos com 100% de presença e zero de falta. Comparecemos em todas as Sessões.

Não me lembro dos demais Parlamentares. Lembro do Deputado Pastor Edson Praczyk e da Deputada Rosane. Foram poucos os Deputados que compareçam a todas as Sessões.

Não adianta bater aqui no painel, marcar a presença e fazer como em Brasília, uma vergonha, os Deputados picotavam o cartão para receber o din-din e de repente o jornal O Globo diz: mas que diacho, o Deputado acabou de marcar a presença e já está aqui no aeroporto para ir para o Rio de Janeiro, vários outros, inclusive alguns Deputados do Paraná.

Tem que carimbar para estar no painel e estar presente aqui, sim, para trabalhar pelo Paraná e pelo nosso povo, justificar o voto que recebemos. Quem estiver cansado, não se candidate. Tem gente que mal pede o voto do povo, se elege e gasta um dinheirão, quando acabam de se eleger ficam o tempo todo falando mal do povo:

“Não aguento mais ser político”. A madame reclamando que não aguenta mais ser mulher de Deputado, não tem tempo para a família. Quando o Deputado não se reeleger, tem que baixar o padrão de vida, tem que ir à manicure mais barata, cabeleireira mais barata, trocar de costureira, mas não adianta mais, já está feita a desgraça.

Jean Domingues está nos cumprimentando pelos 100% de presença e lembrando que para os Deputados faltosos a resposta virá no ano que vem, quando da troca de nome de Deputados ali, que serão aposentados pelo povo.

Do Sebastião Pinto Filho, manda um e-mail que me emociona, pedindo emprego. A gente liga a TV, abre o jornal, liga a rádio, o Governo do Lula está sempre dizendo que está sobrando emprego.

Pelo que nós vemos na TV, só não trabalha neste País quem é vagabundo, porque o que vemos lá é que está sobrando emprego para todo mundo. Só que em quase toda família tem alguém que está desempregado. Tem gente que está empregada, mas é o tal do subemprego, ganha uma desgraça, uma miséria de salário. Só não muda de emprego porque se mudar, não vai achar outra porta.

Vejo aqui constantemente o drama de gente que me manda e-mail, com apelo dramático, vemos que é gente boa, competente, com boa vontade, querendo trabalhar e não consegue.

E-mail do Ronaldo Pereira, que apresenta a Associação Frutos de Terra Brasil, uma organização sem fins lucrativos.

Do Gilmar Tiepo da Silva, mandando uma correspondência querendo saber quem criou o pedágio no Paraná. E ao mesmo tempo diz que ele foi o idealizador do pedágio. Agora, aproveitando, meu caro cidadão, o povo não é contra o pedágio. É contra a tarifa. E também é contra esses empresários gananciosos do pedágio, que prometeram fazer segunda pista daqui para Guarapuava, daqui para Londrina, de Campo Mourão para Cascavel, para todo canto do Paraná, e não estão fazendo coisa nenhuma! Não estão fazendo viadutos, não estão duplicando, a estrada está bem conservada, mas não é só isto. Pelo preço que o povo paga no pedágio, o Governo teria que exigir cumprimento do que está no contrato.

Infelizmente, Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é Presidente da CCJ sabe, os donos das empresas de pedágio estão embolsando milhões, porque tinham que fazer segunda pista, viaduto, túnel, e não estão fazendo nada. Estão, sim, embolsando o dinheiro do povo.

Da Daniele La Pietra, é fisioterapeuta e também está desesperada por um emprego. Mas, o Governo ilude o povo, que tem emprego à vontade. É gente de todos os anos. É o estudante universitário, como estão aqui os jovens do curso de Administração de Irati, com a professora Célia; é o estudante que no dia da formatura recebe o canudo, tem aquela festa, tem os parentes de fora, aquela comemoração, tantos anos de estudo, com sol, com chuva, com calor, com frio, muitas vezes o estudante indo para a

aula até quando não estava bem, se sacrificando para pagar a faculdade, comprar o livro, pagar o transporte. E simultaneamente, mal recebe o canudo do diploma, ela entra na maldita fila do desemprego. Isto está acontecendo com gente que se forma nos mais variados cursos, nas nossas faculdades, nas nossas universidades, o que é uma pena.

E-mail da Jussara. Alô, Governador Roberto Requião: *Deputado Antonio Belinati, sou esposa de um militar e temos dois filhos. Mesmo trabalhando de diarista não está dando para as despesas básicas do mês. Vejo meu marido ir ao quartel preocupado. E sinto até mudanças no comportamento do meu marido.*

Alô, Governador Roberto Requião, escuta a esposa de um policial, uma mulher de raça, está trabalhando de diarista para poder ajudar o marido, que como ela está dizendo, sai nervoso de casa para trabalhar. Então, Governador Roberto Requião, vamos voltar a falar sobre este assunto da Dona Jussara.

Em seguida tenho um e-mail da Vera Rubbo, grande líder da Cidade de Londrina, ela faz o Movimento das Esposas dos Policiais Militares e manda um e-mail interessante. Ela quer saber se é verdade que o Papai Noel está chegando para os policiais militares - este termo é meu - de que o Governador Roberto Requião teria mandado um projeto para cá dando 60% de gratificação para os policiais militares. O Governador Roberto Requião seria o grande Papai Noel de todos os policiais! Seria uma festa!

Mas, infelizmente, Vera Rubbo, tenho que dizer que é um alarme falso. É como a mulher que está para ganhar bebê, sente uma dor, vai para o hospital, vai nascer o bebê, e volta para casa, porque era um alarme falso. É uma pena, Deputado Caíto Quintana, um alarme falso de que o Roberto Requião, não sei se porque depois que caiu do palanque e quebrou o pé, se machucou, o Governador Roberto Requião teria ficado bonzinho e daria 60% de gratificação para os policiais.

Isto, infelizmente, não é verdade. Poderia ser verdade. Como hoje também os policiais civis de várias Cidades do Paraná, inclusive Londrina, estão na Capital fazendo movimento, porque faz cinco anos que o Governador Roberto Requião prometeu um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os policiais civis e também não deu, ficou só na teoria, na promessa.

E lembrando aos estudantes de Irati que aqui estão que é a mulher do policial quem tem que abrir o bico, é ela quem tem que falar, porque se o policial falar, ele vai preso, ou vai ser expulso da Polícia Militar. É a única categoria deste País que não tem liberdade. É uma ditadura de quartel. Então, como o marido não pode falar, porque ele é policial, são as pessoas que fazem o movimento, visando sensibilizar os Deputados, visando sensibilizar o Governo Requião para pagar por subsídio para os policiais, para dar esse aumento, essa correção aos policiais militares e aos policiais civis.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Falando em Governador Requião acabo de receber um e-mail do Tony Reis, que é Presidente da ABGLT, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Alô, Governador Requião, não dá mais para fazer gracinha com o gay! o Tony Reis está me falando que acaba de ser aprovado em uma das Comissões do Senado Federal, que será crime discriminar quem tem outra opção sexual. Então, o Requião agora tem que parar de ficar mexendo com quem fez uma opção sexual. Ainda não é lei porque passou hoje em uma Comissão Interna do Senado, vai para o Plenário e sendo aprovado, se o Governador Requião continuar fazendo essas gracinhas, ele vai acabar pagando muito caro, porque é um crime que tem uma punição muito severa. Se o Governador Requião não quiser acreditar na nossa palavra, ele pode acessar a internet para pegar.

Parabéns aos Senadores que aprovaram, transformando em crime a discriminação pela opção sexual das pessoas!

Temos uma ideia do professor Aroldo Marçal, da Universidade Estadual de Londrina, juntamente com a sua esposa, professora Ângela Marçal. O brasileiro que gasta com médico e com dentista pode abater no Imposto de Renda. Está ótimo! Agora, esse leão do Imposto de Renda está sempre com uma fome danada, ela não se sacia nunca, e é o que mais pesa, hoje, para o brasileiro que teve um ganho um pouco melhor durante o ano, essa boca do leão que vem e abocanha aquilo que o empresário, ou que o cidadão brasileiro conseguiu ganhar, conseguiu, economizar. Então, já que pode abater no Imposto de Renda a despesa com médico e com dentista, a sugestão desse casal, muito respeitado, é para que o Congresso Nacional faça uma modificação e permita abater o Imposto de Renda aquilo que o brasileiro gasta também em remédio. Tem gente aqui que gasta R\$ 500 ou R\$ 600 por mês de remédio, e se não comprar o remédio morre mais cedo, sendo que tem gente que vive na dependência de vários remédios.

Deputada Cida Borghetti, Deputados Rossoni, Marcelo Rangel, essa sugestão não nos cabe, porque é matéria de competência do Congresso Nacional, mas podemos mandar uma mensagem para os Senadores e para os Deputados.

O Deputado Ricardo Barros me comunicou que se interessou muito por essa matéria, através de um projeto que ele poderá apresentar para que todos os brasileiros e brasileiras possam abater, daquilo que vão pagar para o Imposto de Renda, o que gastaram não só com médico, não só o que gastaram com dentista, mas o que gastaram com remédio. Tem gente que uma boa parte do salário vai para a farmácia, para a indústria farmacêutica. Então, tem gente, principalmente aposentados, que aquilo que aparentemente seria uma gordura de rendimento, porque teve uma renda melhor, a farmácia acaba levando tudo, porque o preço do remédio está um absurdo!

Portanto, vamos continuar batendo nessa tese, para que possa descontar do Imposto de Renda aquilo que o povo gasta também na compra de remédios.

E, para terminar, um alerta aqui, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é uma das maiores lideranças do Norte do Paraná, olha aqui: o Governo de São Paulo, que tem José Serra como Governador, acaba de tomar uma medida muito importante, que nós, Deputado Marcelo Rangel, batemos muito nisso aqui no ano passado. O que nós batemos aqui no ano passado, Deputado Alexandre Curi? Aliás, o Deputado Alexandre Curi diz que é considerado o filho que o Requião nunca teve. Quem sabe o Alexandre Curi possa buzinar na orelha do Requião para copiar São Paulo. Não é feio copiar coisa boa, não. O que o José Serra acaba de determinar em São Paulo? Que os carros usados, no ano que vem, vão ter um abatimento de 9,3% no IPVA, porque pelo mercado de automóveis, o carro usado teve uma queda violenta no seu preço. Um carro que se vendia a R\$ 35 mil, há um ano e meio, a pessoa está pagando agora, 20, 21, R\$ 22. Agora o IPVA aqui no Paraná, o carro está valendo no mercado 20, 21, R\$ 22 mil, mas para o DETRAN ele vai ter que pagar como se o automóvel ainda valesse R\$ 35 mil. Estou dando apenas um parâmetro, como exemplo.

Então, o nosso apelo ao Governador Requião, diante até da notícia que ele está estudando para dar um aumento para os policiais militares. Governador Roberto Requião, a coisa mais justa que o senhor pode fazer como Governador é copiar São Paulo, sim mandar baixar o valor do IPVA que o povo tem que pagar para os carros usados. Porque aquilo que está no valor venal, que está no cadastro do DETRAN sobre o preço do automóvel, se o dono do carro colocá-lo a venda ele vai pegar no máximo 60% do preço que está no seu cadastro junto ao DETRAN. Então já que o automóvel não vale mais o preço de antes, de uma ano, dois anos atrás, caiu muito o mercado de carro usado, cabe, sim, ao Governador Roberto Requião, mandar com urgência projeto de lei para esta Casa fazendo com que, aqui no Paraná, quem é dono de um carro usado, dono de uma moto, quem é dono de uma caminhão usado, que possa também ter um desconto no IPVA. Porque volto a repetir, se colocar o veículo à venda na praça ele não vai pegar o preço que anteriormente esse veículo foi cadastrado no DETRAN.

Então, em nome do bolso dos paranaenses, que às vezes têm um automóvel e muitas vezes não têm dinheiro para colocar gasolina, álcool, não tem dinheiro para pagar uma oficina mecânica, e um dos grandes espinhos é esse IPVA, que volto a repetir, está aqui, está internet: "São Paulo vai baixar o preço do IPVA em 9,3%." Tomara que isso também seja adotado aqui no Paraná.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Concordo plenamente com V. Exa., Deputado Belinati. Realmente o Paraná poderia também seguir os mesmos passos do Governo de São Paulo. E poderia até dar uma outra sugestão com relação ao que se paga em pedágios, em caminhões, em carros, também poderia ser abatido através do IPVA. Poderia ainda se aumentar o debate com relação a isso. Então o senhor está de parabéns, mais uma vez, pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel, de quem sou um profundo admirador, e Ponta Grossa está muito feliz com o trabalho de V. Exa. É isso, Presidente Nelson Justus, se prevalecer o bom senso, o IPVA no Paraná terá que baixar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Desta tribuna quero cumprimentar os alunos do terceiro ano de Administração de Irati, a professora Célia. Muitos desses alunos estão expostos a se transformarem em grandes políticos deste País. Fico muito contente quando vejo os alunos, como ex-professor que fui, com essa tamanha vontade e que esses grandes talentos nos defenderão no futuro.

Tive a satisfação de participar das três Audiência Públicas que aconteceram hoje pela manhã. Uma delas o Deputado Jocelito Canto fez uma grande defesa em favor do ser humano. Principalmente, Deputado Jocelito, na hora mais triste, que é a hora que você perde um ente querido. Nessa hora não ter o direito de escolher a própria funerária para sepultar aquela pessoa que você tanto amou. Acompanhei seu discurso, Deputado Jocelito, sou seu fã, V. Exa. consegue emocionar as pessoas, como já fez alguns dias nesta Casa.

Estive na Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Ney Leprevost, que é defensor também da medicina preventiva. Tem um projeto nesta Casa que já foi sancionado pelo Governo, já é lei no Estado do Paraná, para que possamos pensar em prevenções. O projeto do Deputado Ney Leprevost, que foi vetado, fala em mamografia, para que possamos diagnosticar um câncer na fase inicial. E se todos começarmos a praticar a lei da medicina preventiva e a defender esse projeto? Imaginem nossos alunos, nossos professores da escola de Medicina, ensinando as pessoas a não ficarem doentes! Sabemos o quanto sofre a mulher e o homem com câncer no seio. Sabemos das mutilações, das dificuldades que as pessoas têm no convívio familiar. Então, ficamos muito preocupados!

Deputado Ney Leprevost, quero parabenizá-lo! Foi uma reunião de muita valia. Vieram grandes profissionais de Saúde.

Tinha uma especialista em oncologia que explicou cada detalhe, principalmente a necessidade das mamografias numa certa idade, que precisa ser feita com mais frequência. Estou com V. Exa., Deputado Leprevost! Quanto mais optarmos pelas prevenções, com certeza, menos patologias acontecerão.

Foi o que aconteceu nos Estados Unidos. Os hospitais pararam de ficar abarrotados de pessoas, porque utilizaram esse projeto que já é lei no Estado do Paraná, um projeto que educa as pessoas tanto no aspecto alimentar, como no aspecto de saúde, no aspecto da não automedicação. Todos têm farmacinha em casa, as pessoas se auto-medecam sem indicação médica. Teve um grande exemplo agora, em nível nacional, a nossa grande ginasta Daiane dos Santos, que usou um simples remédio, que quantos cardiologistas usam, quantas pessoas usam furosemida. E ela se automedicou, usando furosemida para desidratar e perder peso, sem indicação médica, sem saber as consequências terríveis que a furosemida pode trazer ao ser humano, se não tiver indicação médica.

Então, é um apelo que faço a todos aqueles que estão nos assistindo, nos ouvindo, e a toda imprensa presente. Nunca se automedique.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado por essa tolerância de mais uma minuto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Último orador inscrito no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sra. Presidente, Srs. Parlamentares.

Usando o Pequeno Expediente vou seguir na linha do Deputado Belinati, que tem lido e-mails na tribuna. Hoje, quero falar sobre uma campanha que está no Twitter, sobre doação de livros no Natal. O Twitter é uma rede social de microblog, que permite aos usuários que enviem e leiam atualizações pessoais de outros contatos. Foi lançada, através da internet, pelo Twitter, uma campanha com o título: Doe um livro no Natal. Esta campanha nasceu de uma forma simples, apenas a título de conscientização da necessidade de que tenhamos bibliotecas instaladas nas comunidades mais pobres, nos locais mais carentes, nos locais mais distantes, onde não existe a presença do livro na formação do cidadão, na formação da consciência da vida comunitária, da vida coletiva, do respeito à ordem.

Essa campanha teve uma receptividade avassaladora, e evoluiu um projeto consistente e objetivo com vias a coordenar e organizar a adesão e coleta de livros em todo País. Muitos postos de coleta foram disponibilizados e os livros começam a surgir de forma surpreendente, em

grande quantidade. Essa campanha teve uma aceitação tão grande no Twitter que foi incentivada por artistas, ou pessoas que trabalham com mídia, como a Maria Rita, o Serginho Groisman, o Paulo Coelho, o William Bonner, entre outros.

Então, este pronunciamento, ocupando o Pequeno Expediente, devido estarmos já no mês de novembro, é no sentido de que os companheiros Parlamentares e as pessoas que nos assistem pela transmissão da televisão, e que estejam utilizando o Twitter como forma de contato, participem da campanha de doação de um livro no Natal. Basta entrar no Twister, digitar: doe um livro no Natal, que as explicações todas da campanha estão lá.

Acho que é um serviço interessante, devido à arrecadação que se tenha no nosso Estado do Paraná e no Brasil inteiro. Muitas comunidades carentes poderão ter reforço nas suas bibliotecas, ou ter uma pequena biblioteca para acostumar o hábito da leitura, e isso, sem dúvida alguma, está inserido dentro do processo que se quer para o País, da formação de uma consciência coletiva muito mais solidária. Que as pessoas possam, através da leitura, conhecer seu Estado, seu Município, suas condições, a possibilidade que têm de evoluir. Tudo isso o livro nos traz, em uma grande viagem, através daquilo que o seu autor traduz no texto por ele escrito.

Então, fica aqui essa solicitação aos Parlamentares presentes, que estejam inseridos dentro da rede de microblog Twitter, que transmitam aos seus seguidores a campanha: Doe um livro no Natal, para que possamos ter uma arrecadação grande e possamos distribuir às comunidades que mais precisam.

Agradeço a atenção. Deixo esse registro e espero que tenhamos a nossa colaboração a um assunto que normalmente não se trata na Casa, mas é um assunto que merece apoio, por causa do seu grande alcance, o quanto ele pode gerar em favor da formação da cidadania do povo paranaense e brasileiro.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O próximo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela televisão.

Inicialmente quero agradecer aos Deputados que assinaram essa emenda coletiva, em que estamos destinando R\$ 5 milhões para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a UEPG, possa fazer a manutenção de equipamentos para o hospital regional de Ponta Grossa.

Agradecer a todos os Deputados que apoiaram essa emenda, que, na verdade, visa fazer com que a Universidade de Ponta Grossa possa comandar o hospital regional, que deve gastar em torno de 40 milhões no ano. Estamos colocando 5 milhões, limite máximo, para que depois o Governo possa fazer o remanejamento de verbas e que a universidade vá comandar esse maior patrimônio da história da Saúde do Paraná, esse que é o mais moderno hospital do Paraná. Também servirá para formar os nossos jovens, futuros médicos, principalmente naquilo que o Dr. Batista falava agora há pouco, na questão do Médico da Família, a medicina preventiva.

Por outro lado, também gostaria de cumprimentar o Deputado Roque. Parabéns, Deputado Roque, V. Exa. foi muito feliz ao trazer aqui, hoje, os membros desse terminal marítimo, pessoal da Cattalini que esteve aqui, e se fez justiça a uma injustiça que havia se cometido, acusando pessoas que nada deviam. E V. Exa., como verdadeiro defensor das causas de Paranaguá, trouxe aqui a manifestação de respeito à essa família paranaense e brasileira, que há muitos anos toca adiante o progresso de Paraná. V. Exa. está de parabéns em fazer com que aquela injustiça, que havia sido cometida com essa família, fosse agora revista nesta Casa. Teve pessoas que fizeram valerosos discursos contra essa família, e que agora, passado o tempo, se provou que nada existe contra eles. Isso é duro. Quem já passou por isso sabe do que estou falando: acusa-se as pessoas e depois, na hora de provar, não tem prova. Aí o bicho pega.

Mas, o tema hoje foi a nossa Audiência Pública. Eu até brincava aqui, como radialista e ex-apresentador de televisão, fazia uma manchete ali para dar audiência para a TV SINAL. Então, fiz a manchete para o pessoal ficar ligado, a Globo faz, todo mundo faz, então nós podemos fazer, na rádio também tem isso.

Então, na verdade, o tema que nos chamou a atenção, hoje, nessa Audiência Pública, foi algo que nos deixou arrepiado: uma pessoa presente no plenário desta Casa, hoje - está gravando e está nas notas desta Sessão - levantou-se e disse algo que nos deixou preocupados, e é um caso de Polícia. Segundo essa pessoa, aqui em Curitiba, as pessoas que estão em fase terminal, na UTI, prestes à morrerem, existe um esquema financeiro, no qual membros de hospitais desligam a máquina, ou seja, matam as pessoas, assassinam, porque a funerária que eles trabalham está de plantão naquele momento, aquela que eles ganham a comissão. Isso foi dito por um membro da Audiência Pública de hoje, nesta Casa. Achei isso um absurdo e quero chamar a atenção aqui para essa denúncia, que não foi colocada por nós. Por mais ruim que a pessoa esteja, ninguém tem o direito de desligar o equipamento, aquele jeitinho brasileiro que se diz, que é crime e proibido.

Srs. Deputados, às vezes, não damos importância a alguns projetos. Esse projeto se refere aos corpos do

Paraná. O Deputado Antonio Belinati, de Londrina, quando Prefeito, instituiu uma autarquia municipal e organizou essa questão do serviço, que é brilhante. Quero ir a Londrina na semana que vem, para conhecer um pouco mais de perto isso, porque realmente funciona. Os Deputados Durval e Cheida haviam me falado sobre isso. Aqui, eles brigam e vão para o tapa por causa do corpo. Aqui em Curitiba não se pode escolher e tem que pegar a funerária do momento do rodízio, e não pode pegar outra.

Há dúvidas que o projeto de lei que apresentamos, que fica livre, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, vai aumentar essa confusão. Foram apresentadas três emendas que serão discutidas. Uma é de Maringá, que é importante, porque ela determina a liberdade, mas continua o rodízio.

Há uma emenda que iremos propor, que não se mexa com autarquia de Londrina, pela competência e por não gerar nenhum tipo de problema no momento mais difícil, que é o da morte.

Por fim, recebemos uma emenda de Curitiba, que também define que continua o rodízio e com o IML incluído. Tudo isso vai votar para a CCJ, para discutirmos.

Solicito aos Deputados que conversem em suas Cidades, com o pessoal das funerárias, as Prefeituras, porque esse projeto é muito polêmico, em um momento difícil, na hora da morte. Há coisas acontecendo que não acreditamos. Essa história do “anjo da morte”, um cidadão contou para nós que um dia desses se obrigou a ir à UTI, disfarçada, porque estava com medo que iam desligar a máquina de um familiar seu. E ninguém descobriu nada a respeito disso.

Então, Srs. Deputados, povo do Paraná, essa é uma denúncia gravíssima, que deve ser investigada a partir dessa Audiência Pública, em que um cidadão do Paraná diz nesta Casa que representa o povo do Paraná que desligam equipamentos e matam pessoas para pegar o dinheiro da funerária. Isso é muito grave! Espero que as autoridades que estejam nos ouvindo tomem providências.

Concedo a palavra ao Deputado ao Deputado Dr. Batista, que também participou da Audiência e pode falar um pouco mais.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Jocelito.

Essa denúncia que o senhor está fazendo é gravíssima. Há quase três décadas sou médico, trabalhei em UTIs também, nunca ouvi essa história. Nunca ouvi falar de alguém que desligou um tubo para esse paciente entrar em óbito. É uma denúncia gravíssima, porque nenhum médico tem essa capacidade. Todos os hospitais que trabalhei, no Estado de São Paulo, em todo interior paranaense, sabemos da capacidade da qualificação dos nossos médicos no Estado do Paraná. Essas notas taquigráficas que o senhor está dizendo que tem na Casa, temos que chamar realmente quem fez a denúncia e apurar, porque, da minha parte, quero inocentar todos os médicos do

Estado do Paraná. Isso só se tiver alguém invadindo a UTI de algum hospital que não estejamos sabendo. Gravíssima essa denúncia, Deputado.

Parabéns pelo discurso de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Batista.

Quero aproveitar para deixar à disposição das pessoas, principalmente pessoal de rádio e televisão que queiram acompanhar a fala dessas pessoas durante a Audiência Pública.

Cumprimentar a nossa assessoria, do nosso gabinete, já está no nosso site: www.jocelitocanto.net, tem os áudios de toda Audiência Pública devidamente preparados com os temas mais importantes, mais picantes dessa Audiência Pública, para que as pessoas possam acompanhar essa questão que envolve esse projeto.

Na próxima semana vou solicitar ao nosso Presidente Nelson Justus que coloque o projeto em votação, onde vamos oferecer as emendas. Se os Deputados quiserem fazer mais alguma, volta para a CJJ, que volta discutir e depois voltamos a discutir aqui no Plenário a questão do mérito. Mas é importante que todos participem desse debate, porque é o momento mais terrível na vida das pessoas, aquele momento de tristeza, quando morre alguém.

Recebi uma pesquisa feita pela Paraná Pesquisa, que mostra os números das pessoas que foram entrevistadas na questão do rodízio aqui na Cidade de Curitiba.

E mais uma vez cumprimentar a Cidade de Londrina, através do nosso Deputado Belinati, que quando Prefeito daquela Cidade instituiu essa autarquia, que tem sido um exemplo de organização funerária para o Estado do Paraná. Esperamos que esse projeto, tão logo seja bastante discutido, sabemos que não vamos contentar a todos, haverá discussão, haverá debate, pessoas que não vão gostar, mas temos que chegar num texto final e que esse texto possa, acima de tudo, beneficiar exatamente o maior número de pessoa e principalmente o nosso povo do Paraná.

Fica aqui essa grave denúncia, Deputado Romaneli, V. Exa. que é Líder do Governo, fica aqui essa denúncia grave feita na Audiência Pública, que os “anjos da morte” agem nos hospitais, ou seja, na hora que aquela funerária está de plantão, e aquela funerária vai receber um dinheirinho, uma grana pelo sepultamento. Eles fazem o que chamamos de desligar o equipamento, para aquela funerária que está de plantão receber o dinheiro.

É isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost, no horário do PP.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sra. Presidente, subo a esta tribuna, em primeiro lugar para comunicar que hoje pela manhã realizamos uma Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 505/08, que tem como objetivo garantir o diagnóstico precoce do câncer de mama em todo o território paranaense.

“Médicos, entidades que representam mulheres e ex-pacientes de câncer, e até psicólogos estiveram na Assembleia Legislativa para pedir aos Deputados que derrubem o veto do Governador ao projeto de autoria de Leprevost.

O projeto, aprovado por unanimidade na ALEP em três votações, após relatório favorável da Comissão de Constituição e Justiça, estabelece o prazo para que, até 2012, todas as Cidades com mais de 30 mil habitantes estejam capacitadas a oferecer o diagnóstico precoce do câncer de mama, através de serviço radiológico. A proposta estabelece que mulheres com mais de 35 anos passam a ter direito ao exame anual de prevenção, através do SUS, e homens que receberam orientação médica também.

A cada ano, surgem no Brasil mais de 50 mil novos casos de câncer de mama. Mais de 11 mil pessoas falecem anualmente devido ao diagnóstico do câncer em caso muito avançado, relata Ney.

O único jeito eficiente de fazer o diagnóstico precoce é através do exame radiológico. Por isto a importância de termos mamógrafos nas Cidades-polo. Não há Município no Paraná que não esteja próximo a um polo com mais de 30 mil habitantes, explica o professor João Carlos Simões, oncologista.

Para Claudiane Minari, diretora do Hospital Erasto Gaertner, referência em atendimento a pacientes com câncer, o diagnóstico precoce vai evitar dor física e emocional nas mulheres. Na opinião da médica, o Governo deve levar também em consideração a economia que o projeto trará aos cofres públicos: ‘Toda doença detectada em seu estágio inicial pode ser tratada com custos infinitamente menores do que as descobertas em estágio avançado; isso sem levarmos em conta os custos da vida humana, afirma.

Janice Gastaldon, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, disse que como cidadã e presidente da entidade, irá trabalhar para convencer cada Deputado de que este veto tem que ser derrubado. O Ney Leprevost fez sua parte. Agora, a responsabilidade de manter os Deputados com a mesma opinião, derrubando o veto, é nossa, é da sociedade, afirmou.

A presidente, da APACN (Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia), Vera Lúcia Andretta, pediu que todas as mulheres enviem cartas e e-mails para os Deputados apoiando o projeto das mamografias e a derrubada do veto.

Maria Inês Malanga, Presidente das Amigas da Mama, afirmou que vai mobilizar a entidade pela derrubada do veto. Já passei por esta doença, sei o quanto é sofrida e tenho convicção de que o diagnóstico precoce deve ficar estabelecido na letra firme da lei. Derrubar este veto é uma oportunidade para que milhares de mulheres não passem o que eu passei, disse.

Valéria Lopes, advogada e Vice-Presidente da Amigas da Mama, contou que já enfrentou a doença e que o exame de toque não detecta caroço do câncer em estágio inicial. De 11 a 19 mil mulheres morrem devido ao câncer de mama todos os anos. Como o Estado vai acolher esses filhos sem mãe? O veto do Governador deve ser derrubado, pediu.

Maria Cecília Palma e Tânia Gong, da Humsol, ONG que trabalha campanhas pelo mundo inteiro também deram seu apoio ao projeto de Leprevost.

A psicóloga Adriana Sampaio, da APACN, explicou que os danos emocionais e psíquicos causados pela amputação dos seios são muito fortes e que o diagnóstico precoce, objetivo do projeto, é a única saída para evitar esse sofrimento.

Vamos dar um tapa na cara do câncer e derrubar este veto equivocado. Saúde é coisa séria e não pode ser tratada como batalha entre Situação e Oposição. Os Deputados que estiverem ao lado da mulher brasileira e de mais saúde para todos os paranaenses terão a coragem de não mudar a posição e votar pela derrubada do veto, concluiu Leprevost.”

Quero propor que possamos, na semana que vem, o Presidente Nelson Justus já se comprometeu comigo em colocar a derrubada desse veto em pauta. Quero propor as Sras. e Srs. Deputados que na semana que vem possamos mostrar que esta Casa mantém a sua coerência, que aquilo que decidimos na Comissão de Constituição e Justiça, na 1ª, 2ª e 3ª votação seja mantido. Ou seja, que possamos, com todo respeito, derrubar esse veto do Exmo. Sr. Governador, em nome das mulheres do Paraná. Vamos dar um tapa na cara do câncer e derrubar esse veto. Vamos dar um tapa na cara dessa doença que tira milhares e milhares de vidas, derrubando esse veto.

Neste tempo que me resta, quero informar que protocolei um pedido de informações através de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

(Lê):

“OFÍCIO N° 395/09/GABNL

Curitiba, 05 de novembro de 2009.

Ilmo. Diretor Geral.

Servimo-nos do presente para informar que no último sábado (31/11) a empresa F. Andreis operou somente com 3 (três) balsas para a realização da travessia entre Caiobá e Guaratuba, apesar do feriado de Finados. Portanto, solicitamos que sejam prestadas as seguintes informações:

1) O que diz o contrato da empresa sobre isto?

2) Qual o faturamento mensal com a travessia?

3) Existe acordo para a operação especial em feriados?

4) Qual o acordo para a temporada de verão que se avizinha? Quantas balsas vão operar?

No aguardo de vosso pronunciamento, renovamos nossos votos de estima e apreço.”

Ocorre que esta empresa já há muito tempo explora as balsas do Litoral do Paraná. E recebemos da comunidade de Curitiba, Região Metropolitana e inclusive de muitos amigos e amigas do interior, uma série de reclamações de que no sábado do feriado apenas três balsas estavam funcionando, provocando grande congestionamento na travessia entre Caiobá e Guaratuba. Queremos transparência nesse contrato da F. Andreis: por que essa empresa é mantida trabalhando naquele local? Quanto essa empresa está ganhando? Temos que mexer um pouco na caixa preta da F. Andreis, porque a sociedade quer transparência e as pessoas querem saber se no verão as balsas vão funcionar adequadamente ou vão continuar prestando o serviço de quinta categoria que prestaram durante o feriado. Estamos aqui para defender a população, defender a comunidade e vamos fazer jogo duro em relação a esse assunto.

Para terminar, quero dizer também que protocolei hoje e deve ser votado amanhã um pedido de informações sobre um lixão que estão querendo instalar no Município de Itaperuçu. Fomos procurados por alguns moradores de Itaperuçu e por algumas lideranças comunitárias e estão todos muito preocupados, há um rumor na Cidade, inclusive já foi feita uma reunião e informam que há uma empresa de fora querendo instalar um lixão em Itaperuçu. Estamos pedindo informações à Secretaria do Meio Ambiente, ao IAP, para ver se há autorização para a instalação desse lixão no Município de Itaperuçu, que não pode ser o depósito de lixo da Região Metropolitana de Curitiba. Precisamos de Audiências Públicas e que tudo seja feito de acordo com as normas. Se é que a Secretaria do Meio Ambiente está a par dessa intenção de instalar esse lixão em Itaperuçu. É um caso que estaremos acompanhando de perto no dia a dia aqui na Assembleia.

Muito obrigado.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Apenas queria comunicar a esta Casa que o Senado da República acaba de aprovar a lei que institui o dia 27 de novembro também como lei nacional. Quero deixar registrado e agradecer a todos vocês, que há três anos aprovaram conosco essa lei que é estadual, dia 27 de novembro o Paraná vestir-se-á de cor-de-rosa, o laço cor-de-rosa, a simbologia para a prevenção e salvar vidas, Deputada Rosane, que é enfermeira e sabe da importância que tem a prevenção. Prevenir é o melhor remédio.

Querida agradecer ao Deputado Ricardo Barros, que levou essa nova reivindicação e será lei nacional nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está registrado. Meus cumprimentos a todos.

No horário do Democratas, Sr. Deputado Durval Amaral.

Liderança do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subi a esta tribuna na segunda-feira da semana passada para fazer uma denúncia sobre o terminal da Ponta do Félix. Sobre a situação que, infelizmente, o Presidente da Fundação COPEL estava patrocinando, no nosso entendimento, uma triangulação. Fui surpreendido positivamente hoje pelo Governador Roberto Requião, que determinou a exoneração do Presidente da Fundação COPEL, evidenciando que as nossas denúncias, feitas por mim e pelo Deputado Elio Rusch, de que havia efetivamente uma ação deliberada por parte desse cidadão em prejuízo dos interesses dos cidadãos de Antonina, dos pensionistas da COPEL. Prejuízo, em última instância, dos interesses do Estado do Paraná.

O Governador agiu bem, determinou que esse cidadão exonerado, o que comprova a gravidade da nossa denúncia. Fico tranquilo porque vejo que o Parlamento, nesses momentos, cresce, na medida que tanto Situação quanto Oposição se unem em defesa dos interesses da Fundação COPEL, do povo de Antonina, do Estado do Paraná.

O Governador Roberto Requião, temos as nossas divergências, Deputado Elio Rusch, fazemos uma Oposição dirigente, responsável na Assembleia Legislativa, mas ele, mais do que ninguém, está sempre atento. Fizemos a denúncia na segunda-feira passada. Ele teve tempo para buscar as evidências e as comprovações da gravidade das nossas denúncias.

Hoje, na “escolinha”, determinou a exoneração desse cidadão.

Aprovamos também, na quarta-feira da semana passada, a convocação pela Assembleia Legislativa desse cidadão. Ele está convocado pela Assembleia Legislativa. Penso que - não sei qual é a relação dele - sendo exonerado agora da presidência da Fundação COPEL, se ele tem vínculo empregatício com o Estado ou não. Mas acredito, Presidente Nelson Justus, que com toda certeza a Comissão de Fiscalização poderá se valer dessa convocação feita, ou o Plenário da Casa, fica a critério de V. Exa., mas tenho certeza que da minha parte e do Deputado Elio Rusch convocar esse cidadão, ou se ele não tiver vínculo mais com o Estado, convidá-lo para que venha prestar todos os esclarecimentos necessários. Até porque o cidadão do Paraná, principalmente os copelianos, têm o direito de saber tudo que aconteceu na gestão da Fundação COPEL, nos últimos anos. Temos esse

direito. Os funcionários, os pensionistas da COPEL têm direito de saber se houve malversação ou não, se o dinheiro foi bem aplicado ou não, quais foram as ações que trouxeram prejuízo para os pensionistas da Fundação COPEL.

Uma vez esse cidadão vindo à Assembleia Legislativa, ou ao plenário, ou à Comissão de Fiscalização, prestando todos os esclarecimentos, poderemos, a partir daí, dar o próximo passo, se for o caso de uma Comissão Especial de Investigação.

O fundamental é reconhecer a pronta ação do Governador Roberto Requião determinando e fazendo as suas investigações, que certamente fez, o que legítima e dá autoridade inclusive à nossa denúncia - que não foi denúncia do Deputado Durval, foi uma denúncia do Parlamento do Estado do Paraná - e ter tomado as providências.

Quando é para criticar, sabemos criticar, mas quando é para parabenizar, para cumprimentar, para elogiar a maneira reta, séria, retilínea do Governo, nesta Casa temos que fazer o reconhecimento.

Deputado Douglas Fabrício com a palavra.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Assisti hoje a “escolinha”, pela televisão, e no momento da fala do Governador ele pediu o apoio da Oposição aqui para colocar uma CPI. Ele não quer uma Comissão Especial de Investigação. Ele quer uma Comissão Parlamentar de Inquérito com relação a esse tema que V. Exa. está falando. Embora ele esteja tomando uma medida, que V. Exa. denunciou semana passada, e fez uma exoneração. V. Exa. traz isso agora. Mas ele está pedindo apoio da Oposição para implantar uma CPI aqui na Assembleia Legislativa.

Conversava ainda há pouco com o nosso líder, Deputado Elio Rusch, e acho que precisamos fazer uma reunião e emitir o nosso parecer em termos de Oposição. Qual é a nossa situação com relação a esse tema especificamente? Porque é um tema que V. Exa. vem trazendo há muito tempo e que nós, da Oposição, estamos sim, preocupados em fiscalizar aquilo que está errado e sempre apoiar aquilo que seja bom para o Paraná. Se a CPI for boa para o Paraná, acho que temos que apoiar, independente se a base do Governo quer ou não a CPI.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Na semana que passou não estive presente e não acompanhei, porque estava em viagem ao exterior.

Lembro-me que na época que presidi aqui a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, ouvimos o Presidente da Fundação COPEL, que investiu altas somas de recursos no Banco Santos. Seria talvez a CPI a oportunidade para sabermos onde foram aplicados esses recursos da Fundação COPEL, Banco Santos, Banco Panamericano, e quanto que a Fundação COPEL teve de êxito, retorno, se recebeu ou se perdeu.

V. Exa. está muito certo, encaminhe a CPI bem rapidinho, dá para desvendar facilmente todos esses casos. Cumprimento V. Exa. e também ao Governador pelo desejo da transparência.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço a participação de V. Exa., e minha vinda à tribuna é justamente para realçar essa pronta atenção que o Governo deu a esse caso e dizer que como esse cidadão está convocado pela Assembleia Legislativa, claro que a Oposição deve se reunir e tomar a decisão. Só estou aqui dando uma opinião pessoal, que devemos, neste primeiro momento, ouvir esse cidadão. Acho que ele tem muito a dizer para a Assembleia Legislativa, e a partir daí tomarmos a decisão que for conveniente e que seja representativa do conjunto da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto a Liderança do PT.

(Declina)

PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Há pouco ouvia o Deputado Durval Amaral falar sobre a Fundação COPEL.

Passo aqui a recordar os Srs. Parlamentares de um fato que não pode passar despercebido neste momento. Foi na aplicação dos recursos da Fundação COPEL no Banco Santos. Eu era aqui Líder da Oposição e denunciei a má aplicação dos recursos e que foi perdida uma fortuna da Fundação COPEL no Banco Santos. E aí que fico em dúvida do posicionamento do Governador. Agora, o Governador está contrariado. Primeiro: ele não pode, não tem como demitir o Presidente da Fundação COPEL. Segundo: por que não foi tomada essa mesma atitude quando a Fundação COPEL perdeu todos aqueles recursos? Que aquilo ficou mal explicado.

Pelo que temos percebido, a Fundação COPEL está, na verdade, há muito tempo incorrendo em irregularidades, que têm trazido prejuízos à fundação.

Agora gostaria de um esclarecimento do Deputado Durval Amaral: a demissão do Presidente da Fundação COPEL é possível? Então, precisamos ainda que haja uma atitude da Assembleia Legislativa na demissão ou na substituição do Presidente da Fundação COPEL. A Assembleia Legislativa na demissão ou na substituição do Presidente da Fundação COPEL. A Assembleia dos copelianos. E aí que me causa espanto.

Vi toda esta história do porto de Antonina. Ela é falada em todos os pontos, quando entra a discussão do porto de Antonina e quem esteve em Antonina há poucos dias, a preocupação da população de Antonina, o porto paralisado. Segundo que sabemos, o porto está paralisado e este é um dos motivos de uma grande negociata. Este é um dos motivos de paralisar o funcionamento do porto: perde valor e aí se negocia.

Vou citar um exemplo: por força do destino, tenho uma aproximação com uma pessoa que faz parte do Governo de Santa Catarina. E outro dia eu conversava sobre o porto de Paranaguá, sobre a questão do Canal da Galheta, sobre compra de draga. Esta compra de draga, também faz tempo. Parece Papai Noel. Está de barba branca de tanto tempo que estão comprando essa draga. Não vão comprar. Não existe isso. Isto é um sonho de uma terça-feira na “escolinha”, e que agora queremos tornar realidade.

Mas, só vou mostrar uma diferença entre um Governo que se aplica em defender os interesses do Estado e um Governo que não se aplica. O Governador de Santa Catarina, Luís Henrique - só vou citar o exemplo político - apoia o Geraldo Alckmin para Presidente da República. O Governador Roberto Requião apoiou o Presidente Lula para Presidente da República. É verdade. Pelo menos temos conhecimento.

Só para dar uma demonstração de como o Governador, às vezes desperdiça sua força política e prejudica nosso Estado. O porto de Itajaí está recebendo do Governo Federal 500 milhões em investimentos. Aí eu pergunto: quanto está recebendo de investimentos o porto de Paranaguá por parte do Governo Federal? Quem tinha mais legitimidade: o Paraná, de ir buscar recursos através do seu Governador, ou o Governador de Santa Catarina?

Só para os senhores terem uma ideia, o Secretário de Infraestrutura Urbana me confirmou que o Estado de Santa Catarina recebeu desde aquela grande chuva, que houve aquele soterramento, aquele desastre que houve em Santa Catarina, recebeu US\$ 250 milhões, já recebidos, pagos, enquanto nós, aqui no Paraná, vemos os Municípios chorando porque teve um período de chuva e ele não tem apoio do Governo do Estado, porque o Governo do Estado não tem condições para apoiar os Municípios.

Alguém pode dizer: “Não é obrigação do Estado”. Como não é obrigação do Estado? Onde está nosso DER, com as patrulhas? Nas regiões que eu represento, há muito tempo, Deputado Waldyr Pugliesi - V. Exa. que foi Secretário dos Transportes - ou as patrulhas de apoio aos Municípios, as estradas municipais estão em meia dúzia de Municípios do Paraná, por algum apadrinhado, ou não existem mais as patrulhas, porque a grande maioria dos Municípios padece de estradas para escoar a sua safra e não têm o apoio devido que merecem do Governo do Estado. Por isso estou citando: será que não desperdiçamos o nosso tempo?

Ainda hoje pela manhã ouvi a “escolinha”, quando algumas pessoas daqui foram alvo de críticas, como a Deputada Cida e o Deputado Ricardo Barros, algumas considerações que não vêm ao caso. Será que o Paraná não desperdiça o seu tempo procurando resolver enchencas enquanto o Estado perde a sua força a nível nacional?

Não vejo uma ação em favor dos Municípios, a não ser algumas coisas como a entrega dos ônibus. Mas, na verdade, me preocupa a situação dos Municípios do Paraná. A situação é extremamente delicada, não têm o apoio necessário e hoje o único recurso que o Estado pode oferecer aos Municípios é o Paraná Urbano, que é um empréstimo que será pago ao longo do tempo pelos futuros Prefeitos das administrações municipais.

Pergunto: será que o Paraná não teve motivo de ir buscar recursos junto ao Governo Federal, com o Ministro do Planejamento, o Ministro da Agricultura e mais o Governador, amigo do Presidente Lula? E nós estamos aqui fazendo o quê? quando vemos ali do lado - é só descer a serra - o Estado de Santa Catarina recebendo vultosos recursos, a fundo perdido, do Governo Federal? Só o valor para a dragagem do porto de Itajaí é em torno de R\$ 80 milhões a fundo perdido. E pergunto: aonde estão os recursos do porto de Paranaguá?

Essa é uma consideração que faço, e aí discordo um pouco do pronunciamento feito pelo Deputado Durval, quando ele diz que o Governo escutou. Foram poucas as vezes em que o Governo do Paraná ouviu a Assembleia Legislativa.

Acho que nesta oportunidade, quando o Elio Rusch fez a denúncia do porto de Antonina, na questão da Fundação COPEL e aquela outra oportunidade em que o Governo do Estado estava cobrando aqueles tratores, de que estava sendo dirigida, a Oposição fez a denúncia e o Governador tomou a iniciativa.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Rossoni, parabéns pelo seu pronunciamento! V. Exa. fala do volume de recursos que o Paraná poderia receber, e não está recebendo, por falta de articulação política do nosso Governo. Fiz um levantamento no ano de 2007, e só a Cidade de Curitiba, através de impostos e contribuições, mandou para o Governo Federal R\$ 9 bilhões e 900 milhões. De lá para cá, o que veio de volta em investimentos e salários pagos para funcionários não dá nem R\$ 900 milhões. Só aí o Paraná mandou R\$ 9 bilhões e não vieram nem R\$ 900 milhões, ou seja, não deu nem 10%. Está faltando articulação política para o Governador.

Agora, em Santa Catarina, lamentavelmente e infelizmente houve uma catástrofe ambiental, que sensibilizou o Governo Lula e todas as pessoas para ajudarem o Estado de Santa Catarina. Mas ninguém está vendo que também estamos com um Governo que, infelizmente, é uma catástrofe e também estamos precisando da sensibilidade do Governo Federal para mandar recursos para o Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas fiz o meu encaminhamento para que possamos refletir sobre essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou vindo à tribuna para falar a respeito de uma situação pontual em determinado Município aqui do Paraná. Mas gostaria de lembrar, antes disso, ao Deputado Rossoni, que as patrulhas foram montadas em Governos do PMDB. Depois, com a chegada do Governo Lerner, todos aqui são testemunhas, essas patrulhas foram detonadas.

Quando estive na Secretaria dos Transportes fiz tudo aquilo que era possível, e fizemos muito para recuperar as estradas do Paraná. Elas foram recuperadas em sua grande maioria, trechos outros foram pavimentados, muitas obras foram executadas. Mas, como todo mundo sabe, permanentemente há necessidade de se fazer reparos e mais reparos, sem parar, sempre, senão as coisas não permanecem do jeito que estavam anteriormente quando foram recuperadas, nesse caso, as estradas.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de falar a respeito de um pequeno Município aqui do Paraná, ao lado de Arapongas, o Município de Sabáudia. Eu fui Prefeito várias vezes em Arapongas, e lá, tanto na primeira, na segunda e na terceira administrações que fizemos, trabalhamos muito no sentido da industrialização do Município de Arapongas, que a gente poderia dizer, é uma das Cidades mais industrializadas de todo o Estado do Paraná. Nós saímos à frente de muitos outros Municípios mais importante pelo número de habitantes, por aquilo que arrecadavam e ainda arrecadam. Mas nós montamos um grande parque industrial em Arapongas, que é reconhecido esse parque como um trabalho que o Poder Público, principalmente o municipal, juntamente com os trabalhadores e com os empresários, majoritariamente do próprio Município, construíram. Pois bem o Município de Sabáudia, que hoje tem à sua frente o Prefeito Almir Batista dos Santos. Conheço muito bem o Prefeito de Sabáudia, sei do trabalho enorme que ele está fazendo no Município para achar saídas para todos aqueles que moram no território do Município. Pois bem, vendo aquilo que nós fizemos tão próximos, ali em Arapongas, ele partiu para enfrentar essa batalha da industrialização. E ele está conseguindo muito êxito.

Veja bem, uma Cidade pequena abre parque industrial, instala no mesmo até agora - e isso foi há pouco tempo - 30 indústrias, cinco estão se implantando e mais

25 chegarão daqui a pouco. Bom, o que é que precisa-se fazer para que se obtenha sucesso nesse empreendimento? O desprendimento, eu poderia dizer, até dos próprios empresários, porque aí estamos vendo uma parceria que deu certo no meu Município, em tantos lugares, e para dar certo de maneira definitiva, Presidente, precisa ter a presença de quem? Do próprio Município, que com grande sacrifício está fazendo a sua parte. O Governo do Estado, através da COPEL, da SANEPAR está presente. O Paraná Urbano, o ParanaCidade, quer dizer, existem financiamentos. Existe ação rápida e competente da COPEL e da SANEPAR, que criam as condições físicas para o funcionamento desse parque industrial.

Por isso que estou apresentando um requerimento, e pretendo vê-lo aprovado, para nos dirigirmos a tal da Oi, essa empresa de telefonia. É o exercício da dificuldade encontrar alguém dessa empresa para falar alguma coisa de satisfação àqueles que a estão procurando. Porque ela não age, não fala nada, não se pronuncia. E as empresas não começam a operar porque essa tal de Oi não faz a sua parte no Município de Sabáudia. A Cidade está crescendo, vai crescer, vai gerar impostos tanto para o Estado, como para a Nação.

Aí vem a questão que nós Deputados deveríamos nos debruçar sobre a mesma. Fala-se muito no Estado mínimo, aqueles que querem o neoliberalismo implantado no País. Vejam bem, lá pelas tantas eu, Prefeito de Arapongas, na primeira, na segunda e na terceira administração, precisando dar seguimento, precisando aumentar com os parques industriais as possibilidades de um amanhã melhor, não só para a Cidade, mas para seus moradores, o que eu fazia quando havia falta de energia? Eu saía de Arapongas, vinha até Curitiba e me reunia com os dirigentes, e a COPEL, imediatamente, estava lá em Arapongas, colocando as condições, através da energia, para podermos gerar os milhares de empregos. Por quê? Porque a COPEL estava e ainda está nas mãos do Poder Público.

Quando necessitávamos da SANEPAR, ela corria, imediatamente, para atender as reclamações, as necessidades dos Municípios. Essa tal de Oi não fala nada.

É preciso que a Assembleia Legislativa, enviando esse requerimento meu, se faça presente para resolver esse problema. Se essa empresa de telefonia estivesse no controle público, certamente eles não dariam desculpas esfarrapadas, como deram uma vez dizendo: "Não temos previsão no orçamento". É aquilo que faziam, em determinado momento, na SANEPAR, quando os outros lá de fora estavam controlando a SANEPAR. Pretendíamos colocar água tratada em determinado Distrito, eles faziam uma avaliação e diziam: "Olha, não vamos ter lucros com esse investimento nesse Distrito", e eles se retiravam e não faziam os investimentos. É o que está fazendo essa empresa, no momento, com o povo de Sabáudia, que tem necessidade, ainda mais agora neste tempo de crise, de gerar rapidamente os empregos que estão sendo ansiados, não só pelo Prefeito, pelo Vice-Prefeito, pela Câmara dos

Vereadores, mas por toda aquela comunidade que quer ver esse problema resolvido.

É um absurdo que uma empresa desse tamanho não tenha meia dúzia de tostões para fazer o investimento e resolver esses problemas que existem lá e devem se multiplicar por aí afora.

É por isso que nós do PMDB queremos a presença do Poder Público dominando as empresas estratégicas, para trabalharmos em função do nosso desenvolvimento. É assim que nós pensamos. É assim que nós agimos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Belinati, tenho grande prazer em ouvi-lo todos os dias. Até por que V. Exa. é o grande porta-voz do povo, nesta Casa. Eu mesmo, recentemente, escrevi um e-mail para V. Exa., que acabou lendo esse e-mail na tribuna. Foi um e-mail, claro, elogioso à sua atuação. Sei que V. Exa. está ávido para poder votar a Ordem do Dia, mas não posso aqui deixar de fazer algumas considerações sobre esse episódio que foi relatado pelo Deputado Durval Amaral e reportado aqui por diversos Parlamentares, que deixou o Governador Requião profundamente indignado.

Quero dizer mais: esta Casa, numa certa medida, foi desrespeitada. Digo isso, Presidente, porque o Presidente da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, Edilson Bertoldo, tinha conhecimento que esta Casa estava de olho na sua atuação, porque não é de hoje que publicamente aqui reconheço, o Deputado Elio Rusch vem falando sobre as operações do terminal Ponta do Félix. Todos se lembram. Foi ainda no primeiro Governo Requião que foi concedido ao Grupo Agostinho Leão a concessão para a construção do terminal frigorificado, Presidente Nelson Justus, como uma forma de reativar o porto de Antonina. Também é verdade, lembro que era uma das “joias da Coroa” no Governo do Jaime Lerner, quando foi feita uma operação justamente para poder viabilizar a construção daquele terminal frigorificado, para, de fato, fazer uma grande plataforma de exportação de produtos frigorificados a partir do porto de Antonina.

E tudo isso, sabíamos nós desde o começo, o porto de Antonina tem limitações do ponto de vista do calado dos navios. Ele tem seis metros, se não me falha a memória. E isso, desde o começo. Lembro disso. Não vou dizer que tenho uma memória prodigiosa, mas lembro de detalhes que a operação se daria através de chatas onde a mercadoria poderia, já no porto de Paranaguá, ou em alto-mar, ser transbordada para os navios, para viabilizar

a operação do terminal frigorificado. Por diversas razões, que aqui não cabe discorrer neste momento, sabemos que as operações acabaram sendo inviabilizadas, por conta da demanda, por conta da questão operacional do porto de Antonina, mas muito também fortemente pelas questões operacionais do terminal frigorificado propriamente dito.

E qual é a surpresa de todos? Como a crônica de uma morte anunciada? O Presidente da COPEL tem um dever de lealdade ao cargo que exerce. Em primeiro lugar, é claro, ao conjunto dos servidores públicos que integram a nossa Companhia Paranaense de Energia, que são filiados ao Instituto de Previdência da COPEL. Em segundo lugar, é claro, ao Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, que foi quem o nomeou para o cargo. E, claro, o maior compromisso que ele tem é dever de lealdade, de confiabilidade, que ele deve ter em relação às informações privilegiadas que possui. E o que sabemos nas conversas de bastidores? É que esse Presidente da Fundação COPEL, em uma reunião, quando foi discutida a possibilidade da PREVI anunciar publicamente, ou colocar publicamente em oferta as suas ações para poder sair da operação do negócio, enfim, do terminal da Ponta do Félix, qual foi a surpresa de todos? Ele, em uma reunião quando a PREVI anunciou qual seria o valor, diz: “Olha, por esse valor, o Demeterco compra o terminal da Ponta do Félix. Mas, o Demeterco não quer pagar a multa para a APPA”. Estou contando isso aqui, que foi relatado por quem participou de uma reunião, onde disse essas palavras o Presidente da Fundação COPEL.

Por isso, que o Governador Requião está absolutamente indignado, porque ele deu a ordem publicamente, a Escola de Governo serve para isso. Quando muitos aqui não gostam da Escola de Governo, nenhum Governo tem a transparência que tem o nosso, porque o Requião não manda recado, ele fala direto as coisas. O que ele deu de ordem? A COPEL tem que exercer a preferência da compra das ações do terminal Ponta do Félix, para poder fazer funcionar o terminal frigorificado, inclusive discutindo o modo de gestão dele no momento subsequente, sendo que a COPEL, a Fundação COPEL, já é possuidora de 20% dos ativos, das ações.

Então, quero aqui dizer o seguinte: o Governador Requião falou hoje na possibilidade de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Entendo que nós, aqui, temos que dar um passo de cada vez. Sabemos que as Comissões Parlamentares de Inquérito, muitas vezes, são instrumentos interessantes, mas também temos mecanismos que, na minha avaliação, são muito eficazes. Primeiro, está convocado o Presidente da Fundação COPEL, ou ele, ou quem foi nomeado, ou até, se for necessário, o Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, tem que vir a esta Casa explicar o que está acontecendo na Fundação COPEL esses relatos todos que foram feitos de outras operações, mas especificamente nessa questão em que temos uma grande suspeita de ter havido aqui um conluio entre um servidor público e um grupo privado, contrário ao interesse público.

Então, é necessário que se explique publicamente o que está acontecendo na gestão da Fundação COPEL. Esse é o interesse do Governo. Não estamos aqui para acobertar nada. O nosso Governo tem transparência absoluta. Digo mais, a Comissão de Fiscalização desta Casa tem competência, é a única comissão que deriva de mandamento constitucional, tem competência não só de convocar, mas de investigar. A Comissão de Fiscalização pode tomar as providências imediatas em relação a isso. Não é para depois de amanhã, é para amanhã, é para tomar providências imediatas para que possamos, de fato, agir para defender o interesse público. E reconhecamos aqui que esse foi violado, com certeza absoluta, por quê? Porque o Presidente de uma Fundação como a COPEL, vai a uma reunião e discute qual é o interesse privado, que o Demeterco compra por esse preço. Ora, vamos reconhecer aqui, ninguém sabe qual é o grupo privado que comprou, que exerceu, que fez a aquisição. Mas olha, é só no rabo do gato, aqui, que vamos descobrir que o gato vai miar em algum depósito frigorificado de alguém que já está trabalhando na área de congelados, de refrigerados.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Para que fique clara a minha posição. Eu, de maneira nenhuma, estou fazendo a defesa da continuidade do Presidente da Fundação COPEL. Acho que ele tem que ser afastado imediatamente. E mais ainda ouvindo V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Falo exatamente aquilo que penso e não estou aqui para dissimular a minha posição. Entendo que podemos passar como omissos, em certas coisas na vida.

Esta Casa, na semana passada, questionou, nós aprovamos, com o apoio da Bancada do Governo, um requerimento convocando o Presidente da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social. Estou me referindo especificamente a Edilson Bertoldo, com a suspeita de que ele está fazendo uma ação deliberada para beneficiar um grupo privado. Ele é convocado pela Assembleia e continua a operação normal e regular, como se não estivéssemos aqui de uma forma ainda não oficial, mas de uma forma extremamente pública e preocupante investigando o seu comportamento, a sua conduta. Mesmo sabendo que poderia estar beneficiando um grupo privado, ele insiste em não exercer a preferência de compra das ações que a PREVI possui do terminal Ponta do Félix.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado, me permite?

(Assentimento)

Sugerir, Deputado Romanelli, para propor uma CPI para tratar desse assunto. Não sei se esse é o melhor caminho, ou de imediato criarmos aqui uma Comissão

Especial para apurarmos esses fatos, porque são graves. Uma vez que o Governador também se insurge contra essa situação, acho que é oportuno, como poder de fiscalização que exercemos nesta Casa, imediatamente tomarmos as providências. Eu gostaria que V. Exa. acatasse.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Propus no início.

Entendo que o Deputado Durval Amaral já tem fundamentado as razões para que se possa, imediatamente, iniciar uma investigação sobre esse tema. O ex-Presidente ou o atual da Fundação COPEL, da mesma forma está convocado, é funcionário e tem obrigação de vir a esta Casa. Qualquer cidadão que seja convocado tem que vir, independente de estar exercendo o cargo ou não. Ele até pode sair do cargo, mas continua convocado legalmente e tem a obrigação de vir aqui.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Porque me parece que esse cidadão é o mesmo que deu aquele calote na aplicação dos recursos no Banco Santos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que merece a investigação. Eu diria aos Deputados Durval Amaral e Traiano, que o Durval pode transformar isso em uma representação. A Comissão de Fiscalização tem que tomar as medidas que são regimentais e legalmente previstas. A Casa tem poder e deve agir. Penso que não estou errado, que temos que funcionar as Comissões Permanentes desta Casa, e a Comissão de Fiscalização tem poder de convocar, requisitar informações e intimar quem for necessário vir aqui para desvendar, de fato, o que está acontecendo na Fundação COPEL, especificamente neste caso do terminal Ponta do Félix, e outros mais que forem necessários ser investigados.

O corpo de delito está aqui, ou seja, foi anunciado que poderia acontecer e aconteceu. A desfaçatez desse Presidente da Fundação COPEL é, de fato, absolutamente desmedida, e basta ver o comportamento dele.

Concedo um aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Sr. Presidente, já conversava há pouco com os Deputados Romanelli, Durval, solicitando a documentação, já de posse do Deputado Durval, a Comissão de Fiscalização já estará se reunindo na próxima semana para promover os encaminhamentos necessários dentro das nossas atribuições e competências. A oitiva do Presidente da Fundação já está prevista aqui por esta Casa. E a Comissão de Fiscalização fará tantas quantas convocações forem necessárias, e de quem necessário for, para que possamos esclarecer.

Desde já gostaria de convidar os nobres Parlamentares, que porventura não façam parte oficialmente a nossa comissão, que é composta por sete Parlamentares,

mas que estejam dispostos a nos ajudar nessa importante investigação.

Portanto, na próxima semana já teremos a primeira reunião tratando desse assunto. Esperamos que nessa oportunidade já tenhamos marcada a data da manifestação aqui do Presidente da Fundação e, a partir daí, com bastante agilidade e com a participação dos Deputados dos mais diversos partidos, a comissão estará com o maior rigor possível, investigando e, de forma transparente, levando a informação à toda população através desta Casa de Leis.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, para concluir, pediria, se o Deputado Artagão tiver condições, que faça a reunião da Comissão de Fiscalização amanhã mesmo. Já marque a oitiva desse cidadão para segunda ou terça-feira, para que ainda no calor dos acontecimentos investigue o que está acontecendo. Não dá para perder a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O importante é que fortaleçamos, como sempre temos feito, as Comissões Permanentes da Casa. Se durante o percurso houver a necessidade da Comissão Permanente transformar-se numa Comissão Especial, aí sim nós o faremos. Mas, quero crer que a Comissão de Fiscalização da Casa tem todas as condições de apurar essa questão.

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Apenas por uma questão de justiça, Deputado Elio Rusch, já que o Deputado Romanelli fez menção a V. Exa., também quero lembrar aqui do Deputado Luiz Carlos Martins, que por algumas vezes ocupou a tribuna mencionando essa questão da Fundação COPEL.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Inúmeras vezes os Parlamentares desta Casa subiram a esta tribuna para denunciar a questão não só da Ponta do Félix, mas do porto de Paranaguá. Faz-se necessário refrescarmos nossa memória sobre o que aconteceu com o porto de Paranaguá. Logo após a posse do Governador Roberto Requião, no seu segundo Governo, em 2003, tinha uma empresa que fazia a dragagem do Canal da Galheta, a Empresa Bandeirantes. Num primeiro momento, o Governador, antes de romper, se não me falha a memória, ele fez uma alteração dizendo que o contrato estava feito em dólares e teria que ser feito em reais. Depois houve o rompimento do contrato com essa empresa que fazia a dragagem do Canal da Galheta, do porto de Paranaguá e também do porto de Antonina.

A profundidade do calado do porto de Paranaguá era algo em torno de 14 a 15 metros. Ele chegou ao número de 10, 11 metros de profundidade. Navios de grande e médio porte não podiam mais sair do porto de Paranaguá carregados com carga total.

Srs. Deputados, Sr. Presidente Nelson Justus, eu, como o Deputado Valdir Rossoni, Deputado Durval Amaral, inúmeros Deputados, naquela época questionamos a necessidade da dragagem do Canal da Galheta quando se rompeu o contrato com a empresa que fazia esse serviço. E a quem se prestava esse serviço? Não à APPA, se prestava esse serviço para o desenvolvimento do nosso Estado, se prestava um serviço para que o nosso porto de Paranaguá pudesse operar com sua capacidade total e que os navios pudessem chegar, independente da maré alta ou maré baixa.

O porto de Antonina estava praticamente abandonado, e quando houve uma concessão para determinado grupo empresarial, depois transferido para a Ponta do Félix, outros acionistas adquiriram, o porto de Antonina, o Ponta do Félix, outros acionistas adquiriram, o porto de Antonina, o Ponta do Félix mais precisamente. Na semana passada lembramos isso aqui nesta Casa, naquela Cidade tinha 1 mil funcionários operando no Ponta do Félix e hoje temos menos de 300 funcionários. Navios chegaram sim, a princípio era somente para congelados, ou seja, os frigoríficos, posteriormente foi liberado para madeira e outros produtos, tanto para importar como para exportar.

A PREVI, que é a fundação dos seus funcionários, entendendo que o Ponto do Félix estava dando prejuízo para a empresa, e por extensão para os funcionários, para a Fundação do Banco do Brasil, entendeu por bem desfazer-se desse negócio que estava dando prejuízo, e colocou 40% de suas ações à venda.

Veio a primeira empresa para fazer a compra e com o comprometimento de fazer investimentos na Cidade de Antonina, mas infelizmente algo aconteceu, não no Ponta do Félix e nem na Fundação COPEL, mas aconteceu na APPA algo estranho e não sabemos o quê! E aí o Governador, que tem a interferência direta, poderia dizer o que aconteceu na administração da APPA, não permitindo que esse negócio fosse concretizado. Em seguida a PREVI, sentindo-se ainda prejudicada - é essa a leitura que eu faço, porque não falei com o Presidente da PREVI, mas é uma leitura que qualquer um pode fazer - o Deputado Tadeu Veneri um dia me trouxe os documentos da Fundação, do Banco do Brasil, aí a PREVI disse: "Não podemos ficar com esse negócio que só dá prejuízo." Colocaram mais uma vez à venda e mais uma vez algo estranho aconteceu.

Alertamos ao Governo do Estado, falamos desta tribuna, como tantos Deputados, não só sobre o Ponta do Félix, mas tantas coisas que entendemos que não fossem corretas e que não estavam de acordo com as necessidades que o nosso Estado exigia! Mas infelizmente a Oposição não foi ouvida, nem aqui na Casa e muito menos

pelo Governo do Estado! Agora o Governador chega à conclusão que a Oposição estava correta e disse: Não podemos ficar com esse negócio que só dá prejuízo.” Colocaram mais uma vez à venda e mais uma vez algo estranho aconteceu.

Alertamos ao Governo do Estado, falamos desta tribuna, como tantos Deputados, não só sobre o Ponta do Félix, mas tantas coisas que entendemos que não fossem corretas e que não estavam de acordo com as necessidades que o nosso Estado exigia! Mas infelizmente a Oposição não foi ouvida, nem aqui na Casa e muito menos pelo Governo do Estado! Agora o Governador chega à conclusão que a Oposição estava correta e disse - eu não ouvi, eu fui informado que o Governador, na manhã de hoje, disse - “Eu convoco a Oposição.” Ora Governador, nós da Oposição alertamos o Governo do Estado daquilo que estava acontecendo no Ponta do Félix e também lá no porto de Paranaguá, como alertamos o próprio Governador das outras possíveis irregularidades que pudessem estar acontecendo no seu Governo, mas as medidas não foram tomadas! Como o Deputado Rossoni, com muita propriedade tem levantado aqui na Casa, e trouxe aqui a TV laranja, comprada mais cara do que se compra uma TV, só que até hoje nada foi feito! Isso a Oposição também levantou!

Agora, de repente, porque a PREVI do Banco do Brasil está comercializando suas ações, e talvez porque um grupo privado está comprando, o Governador convoca a Oposição para participar daquilo que denunciaremos! O Governador é Roberto Requião, a Superintendência dos Portos de Paranaguá está subordinada à Secretaria dos Transportes, que por sua vez ao próprio Governador do Paraná.

Cabe a nós Parlamentares da Assembleia Legislativa, ou qualquer integrante, ou qualquer Parlamento, seja Municipal, seja Estadual, seja no Congresso Nacional, levantar as denúncias que chegam aos Parlamentares e transmitir para o Parlamento, o Governador, o Prefeito ou o Presidente da República tomar as medidas que achar necessárias.

O que não podemos permitir é que a Cidade de Antonina continue esquecida. Não podemos permitir é que os funcionários que trabalhavam na Ponta do Félix, que eram 1 mil e hoje são apenas 300, por quê? Porque a APPA, Sr. Governador, reduziu, houve o assessoramento do calado que leva os navios até a Ponta do Félix, até o porto, ou seja, ou outros, Grupo Matarazzo, o Barão de Teffé, não conseguem mais atracar navios.

A informação que temos é que apenas um navio por mês está chegando no porto de Antonina. Alguma coisa de errada existe. E quando alguém quer se desfazer do seu patrimônio, porque está dando prejuízo, nós alertamos aqui na Casa inúmeras vezes, ou quando alguém quer dizer: “Vou injetar dinheiro, vou comprar, para que possamos salvar Antonina, o porto de Antonina e criar infraestrutura para o nosso Estado se tornar viável, para que não venhamos perder mais para o porto de Santos,

não venhamos perder mais para Itajaí, São Francisco, em Santa Catarina.

São essas denúncias que nós fazemos e é isso que está se confirmando.

Deputado Mario Roque, de Paranaguá, V. Exa. conhece melhor do que ninguém a real situação daquele porto.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. tem feito várias vezes debate sobre isso. Só para que entendamos que o Fort Solo e a Equiplan, que é o mesmo grupo que está fazendo a compra, têm um contrato com a PREVI, de confidencialidade. Isso gera uma multa e é por isso mesmo que há esse impasse.

O Presidente da Fundação COPEL, não quero entrar no mérito, porque fez, procurou, segundo ele, um melhor comprador. Num passado recente, quando havia a possibilidade de vender foi à própria APPA, que pediu para vender inclusive para a Fort Solo.

Só espero, e foi por isso que me inscrevi, que tudo isso não cabe fazendo essa história que são dois compradores, caindo num terceiro comprador aqui do Paraná, que está interessado no porto e que teria a sua multa retirada pela APPA. Essa é a resposta que nós temos.

Outra informação é que o Presidente da Fundação COPEL, agora à tarde, colocaria o seu cargo à disposição. Obviamente que não para o Governador do Estado, mas para os Conselheiros da COPEL, que eles sim, têm o poder de destituí-lo ou de nomeá-lo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri, e com toda certeza aquilo que levantamos aqui na Casa, e quero deixar claro aqui mais uma vez, não é só questão do porto de Paranaguá, do porto de Antonina, o que queremos é que o Paraná vá bem. Não podemos perder para outros Estados. Partimos para um estado industrializado. Precisamos da infraestrutura necessárias para que possamos desenvolver cada vez mais. Precisamos buscar, sim, as parcerias necessárias.

Sempre tenho dito que quem alavanca a economia do Estado não é o Governo. O Governo tem que dar oportunidade para que o setor privado possa se estabelecer no seu Município, com a sua indústria, gerar emprego e gerar impostos, para que o Governo possa cumprir com a sua função, que é a Educação, Saúde, a Segurança e infraestrutura necessária para que possamos transportar a nossa produção e exportar a nossa produção via nosso porto de Paranaguá, no qual o Presidente Nelson Justus, quando foi Secretário, teve no porto de Paranaguá uma pessoa chamada Osires Guimarães, uma referência de administrador, a quem rendo minha homenagem.

Oxalá que o porto de Paranaguá pudesse, de uma vez por todas, novamente recuperar aquilo que somos e aquilo que o Paraná precisa para seu crescimento e para seu desenvolvimento.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 918/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes a pavimentação do contorno de Agudos do Sul, no trecho compreendido entre o perímetro urbano até à PR-419. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 919/09, de autoria do Deputado Mario Roque, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a instalação de banheiros químicos e chuveiros no Litoral do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 920/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a implantação de um posto policial rodoviário na PR-423, no trecho que liga os Municípios de Araucária a Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 167/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que institui a Semana Estadual de Prevenção da Saúde do Homem, conforme específica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 036/09, de 22/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 554/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico, com sede e foro no Município e Comarca de Londrina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 554/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Asso-

ciação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico - E-LIXO, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/0, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Informo aos Srs. Deputados que temos um veto a um projeto de autoria do Deputado Francisco Bühner.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

É esta a dificuldade, fiou para o final da pauta, e o projeto é interessante, que vem beneficiar o Município. Quem sai perdendo é a comunidade de Agudos do Sul, porque o próprio Presidente, que já foi Secretário da Indústria e Comércio, sabe que para esses pequenos Municípios é muito difícil.

O Município adquiriu uma área, comprou uma área e fez uma doação, para que essa empresa fosse se instalar lá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Podemos chamar os Deputados, porque há três minutos tínhamos 34 Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de Bom Sucesso - AAVIBOM, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Barra do Jacaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 469/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 079/09, autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Barra do Jacaré.

É legítima a iniciativa legislativa de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, nos seus artigos 65 e artigo 10.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito

público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Quando à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 469/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, objetiva a efetuar a doação de imóvel ao Município de Barra do Jacaré, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento da Biblioteca Cidadã.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 080/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo a cessão de uso de imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão, em atendimento ao interesse público, uma vez que refe-

rido bem será destinado, exclusivamente, para a moradia de famílias carentes.

Fundamentação

Inicialmente, considerando-se as atribuições dispostas no artigo 33, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão de Constituição e Justiça a manifestação acerca do aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa deste projeto.

De acordo com a Lei nº 4717/65, reguladora da Ação Popular, o patrimônio público compõem-se pelos bens e direitos de valor econômico, artístico, histórico ou turístico; pertencentes, pois, aos entes da Administração Pública Direta e Indireta¹. O Código Civil Brasileiro de 2002, por sua vez, dispõe que os bens públicos distinguem-se em: de uso comum do povo, de uso especial e os dominicais². Neste caso, ora em apreço, fala-se de bens públicos dominicais, que são aqueles sem destinação pública definida, razão pela qual podem ser aplicados pelo Poder Público, para obtenção de renda; é o caso das terras devolutas, dos terrenos de marinha, dos imóveis não utilizados pela Administração³.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios a conservação do patrimônio público.⁴ Por sua vez, a Lei Federal nº 8666/93, dispõe que a alienação de bens da Administração Pública será realizada mediante prévia avaliação e processo licitatório na modalidade de concorrência, a ser dispensado em casos específicos, bem como diante a existência de interesse público devidamente justificado⁵.

Ou seja, a alienação de bens dominicais - sendo a doação uma de suas hipóteses -, para tornar-se válida, exige demonstração de interesse público, prévia avaliação, licitação e autorização legislativa⁶. Portanto, faz-se imprescindível a comprovação de que, pretendido ato de alienação, é correspondente ao interesse geral.

O interesse público nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses

1.Art. 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 4717/65. Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico e turístico.

2.Art. 99, *caput*, da Lei nº 10406/02. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, Estadual, Territorial ou Municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

3.DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007. 18ª edição. pg. 579.

de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se obrigando também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais⁷.

Insta observar que a análise acerca da existência de interesse público compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual, uma vez que é de sua atribuição legislar sobre matéria afeta à Administração Pública, referentemente à gestão do patrimônio público⁸. Por conseguinte, ao pretender doar imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão, com a finalidade de destiná-lo à moradia de famílias carentes, o Governador do Estado objetiva atender ao interesse geral.

Ademais, não haveria razão para que o legislador impedisse a cessão de uso, pois esta é certamente menos gravosa ao patrimônio público do que a doação, que possui expressa autorização legal. A concessão sobre direito real de uso é, inclusive, prevista em algumas hipóteses pontuais quando o cessionário for pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, como se observa a seguir:

Art. 17 da Lei nº 8666/93. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas, e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados

4.Art. 23. *caput*. CF/88. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

5.Art. 17 da Lei nº 8666/93. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas, e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

6.DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007. 18ª edição. pg. 593.

7.BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, São Paulo. Ed. Malheiros, 2005, 18ª edição, pg. 52.

ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

Destarte, observam-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa - dada através de lei - e o interesse público. Portanto, vislumbra-se a perfeita consonância entre a pretensão desta proposta legislativa aos moldes constitucionais, posto que obediente à esfera de competência atribuída ao Poder Executivo, bem como às exigências, constitucionais relacionadas às hipóteses de alienação de bem pertencente à Administração Pública.

Por fim, quanto à estruturação normativa, inexistem óbices às normas de técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em assim, sendo, em face da constitucionalidade e legalidade deflagradas, opinamos pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 470/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva efetuar a doação de imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de moradia para famílias carentes.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/09, veto aposto ao Projeto de Lei nº 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que em por objetivo autorizar a construção de uma usina termelétrica no Município de Agudos do Sul. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSI-

8.Art. 87 da Constituição Estadual. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei.

DERANDO VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 098/09

Curitiba, 21/07/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 100/09, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 790/07, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar a construção de uma Usina Termelétrica, no Município de Agudos do Sul, tendo como combustíveis resíduos de madeira, com capacidade de produção de 12.5 MW.

A inconstitucionalidade apontada afronta o artigo 22, inciso IV da Carta Magna, visto que legislar sobre energia é competência da União, sendo necessária a edição de lei complementar tratando da matéria.

É importante que se diga que a Constituição Estadual, no capítulo dos recursos naturais, diz que o Estado fomentará a implantação de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento de consumo local, mas desde respeitada a capacidade do meio ambiente.

Muito embora a iniciativa não trate geração de energia na forma de hidrelétrica, parte-se do mesmo princípio que a implantação de toda e qualquer forma de geração de energia deve primar pelas condições de suporte do ambiente.

Pois bem, o projeto de lei em tela afirma que a usina que se pretende instalar terá como combustíveis serragens e aparas de madeira. Por certo que, se fosse sancionado projeto, o corte de árvores na região seria fomentado, vindo a gerar desequilíbrio no meio ambiente.

Desta forma, em se tratando de questão ambiental, não há como não ferir o princípio da supremacia do interesse público em detrimento ao interesse particular.

Com efeito, destaque-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, na lição do Ministro Celso de Mello: "essa prerrogativa consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado....Dentro desse contexto, emergem com nitidez a idéia de que o meio ambiente constitui patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido pelos organismos sociais e pelas instituições estatais, qualificando-se como encargo que se impõe - sempre em benefício das presentes e futuras gerações - tanto ao Poder Público quanto à coletividade em si mesma considerada (Maria Sylvia Zanella di Pietro, 'Polícia do meio ambiente', in Revista Forense 317/179, 181; Luís Roberto Barroso, 'A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira', in Revista Forense 317/161, 167-168,v.g.). Na realidade, o direito à integridade do meio ambiente

constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. O reconhecimento desse direito de titularidade coletiva, como o é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitui uma realidade a que não mais se mostram alheios ao insensíveis, como precedentemente enfatizado, os ordenamentos positivos consagrados pelos sistemas jurídicos nacionais e as formulações normativas proclamadas no plano internacional” (RTJ 164/158).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 790/07 encontra-se publicado no DA n° 143/07, de 06/11/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 056/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei n° 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que tem por objetivo autorizar a construção de uma Usina Termelétrica no Município de Agudos do Sul tendo sido vetado pelo Sr. Governador do Estado por considerar o projeto de lei inconstitucional.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado projeto de lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, sancionará.

§ 1° Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão

posiciona-se favorável ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 25/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Conforme pedido do Deputado Jocelito Canto, será procedida a chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito aos Srs. Deputados que, por gentileza, digitem as suas senhas.

Temos 24 Srs. Deputados.

Não há quórum suficiente para prosseguimento da votação.

Quero lembrar que o veto do Deputado Francisco Bühner, que é o maior interessado, terá que ir à Sessão de amanhã.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 5400 e 5401, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5402 e 5404, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5405, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5406, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5407, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5408 e 5420, de autoria do Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5410 e 5411, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5413, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5414, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5418, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento n° 5421, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 056/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 704/07 e 477/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 576/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 469 e 470/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 298, 471 e 559/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Contratos de Prestação de Serviços

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
REMOÇÃO DE DETRITOS INERTES
1º TERMO ADITIVO

Protocolo: 13272/09

Convite de Preços: 053/09

Protocolo: 6522/09

Pelo presente instrumento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n° 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhoras da Salete s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representando pelo Diretor Geral Doutor Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa Taques Martins & Cia. Ltda., pessoa jurídica de direito privado estabelecida à rua Eugênio José de Souza n° 1152, Água Verde, Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ sob o n° 10.233.897/0001-57, neste ato representada pelos sócio gerente Sr. Rodrigo Taques Coelho Martins, portador do CI RG n° 5.143.193-6 SSPPR, inscrito no CPF/MF sob o n° 709.634.289-34, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite de

Preços n° 049/08 e Protocolado sob o n° 9154/08, de acordo com a Lei n° 8666/93, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do prazo contratual - O presente Contrato de Prestação de Serviços ora aditado fica prorrogado pelo período de 01/01/10 e 31/12/10.

Cláusula Segunda - Do preço - Pelos serviços de remoção de detritos inertes a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.160 (um mil cento e sessenta reais), compreendendo até 02 (duas) trocas semanais, caçambas fechadas de 5m (cinco metros cúbicos), perfazendo um total de 08 (oito) trocas mês, valor unitário de R\$ 145 (cento e quarenta e cinco reais), o qual não sofrerá reajuste.

Cláusula Terceira - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuados à conta do seguinte recurso financeiro - n° 3390.3928.

Cláusula Quarta - O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei n° 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim, justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 01/01/10.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RODRIGO TAQUES COELHO MARTINS

Taques Martins & Cia. Ltda.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE LIXO ORGÂNICO
1º TERMO ADITIVO

Protocolo: 9518/08

Convite: 056/09

Pelo presente instrumento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, no CNPJ sob n° 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pelo Diretor Geral Doutor Abib Miguel, doravante, denominada de CONTRATANTE e a Empresa Taques Martins e Cia. Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 79.796.835/0001-50, localizada na rua Sigfredo Day, 97, nesta Cidade, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite n° 056/09, protocolo autorizatório n° 10.105/03 e aditivado através do Protocolo n° 9518/08 de acordo com a Lei n° 8666/93, mediante as cláusulas seguintes;

Objetivo - Realização de serviços de remoção e destinação de lixo orgânico existentes na área da CON-

TRATANTE, com o fornecimento de 01 (uma) caçamba semanal, totalizando 04 (quatro) caçambas mensais;

Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do recurso financeiro n° 3390.3900;

Preço - Pelos Serviços de remoção de detritos e destinação de lixo orgânico a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.760 (hum mil, setecentos e sessenta reais), compreendendo 01 (uma) troca semanal, perfazendo um total de 04 (quatro) trocas mensais;

Prazo - O presente contrato estará em vigor a partir da 01/01/10 a 31/12/10.

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar indissociável do Contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei n° 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 01/01/10.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
RODRIGO TAQUES COELHO MARTINS
Taques Martins & Cia. Ltda.

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE AÇÚCAR
1° TERMO ADITIVO

Protocolo: 12739/09.

Convite de Preços: 053/09

Protocolo: 6522/09

Pelo presente instrumento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n° 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representado pelo Diretor Geral Dr. Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa LBM Representações Comerciais

ais Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 81.707.853/0001-60, estabelecida na rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, n° 2518 - Bl. 1, Lj. 4, Bairro Boqueirão, nesta Capital, neste ato representada pelo Sr. Pedro Brandão de Mattos Filho, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n° 2.091.865-9-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n° 355.652.849-53, residente e domiciliado na rua Delegado Naby Paraná n° 125, ap. 301, Bairro Capão Raso, nesta Cidade, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite de Preços n° 053/09 e Protocolado sob o n° 6522/09, de acordo com a Lei n° 8666/93, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do preço - A CONTRATADA perceberá doravante por cada 1 (um) quilograma de açúcar fornecido a esta Casa de Leis pelo valor de R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos), o qual não sofrerá reajuste.

Cláusula Segunda - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro - n° 3390.3007.

Cláusula Terceira - O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei n° 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim, justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 22/10/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
PEDRO BRANDÃO DE MATTOS FILHO
LBM Representações Comerciais Ltda

Resumo de Pregão

RESUMO DO PREGÃO N° 018/09

Protocolo: 12064/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOLO DE PGTO
1	R. Antunes de Lima e Cia. Ltda	08 Cartuchos de toner para impressora Xerox Docuprint N32, código 113R00173, original da marca do fabricante da máquina, não recarregado e não remanufaturado.	R\$ 5.499,92	13161/09

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 04/11/09.

(aa) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO-Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
DANTE ANTONIO LECHINSKI - Equipe de Apoio

Errata:

Estamos republicando o Parecer da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, pelo fato de o mesmo ter sido publicado com incorreções no Diário da Assembléia n° 135/09, de 09/11/09.

Onde se lê:

Sala das Comissões, em 03/11/08.

Leia-se:

Sala das Comissões, em 03/11/09.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 441/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de uma Unidade Escolar para o Ensino Escolar para o Ensino Fundamental em tempo integral.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

